





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

EDUARDO DE ARAUJO DA SILVA

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM POÇOS DE CALDAS (MG)







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

EDUARDO DE ARAUJO DA SILVA

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM POÇOS DE CALDAS (MG)

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Poços de Caldas como requisito para obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof°. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade

FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Eduardo de Araujo da

Segregação socioespacial em Poços de Caldas-MG / Eduardo de Araujo da Silva. — 2018.

70 f.

Orientador(a): Prof^o. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade Monografia (Graduação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Licenciatura em Geografia - Poços de Caldas, 2018. Bibliografia: p. 64-66

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Comunidades urbanas - Desenvolvimento. 3. Planejamento urbano. I. Andrade, Alexandre Carvalho de (orientº.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. III. Título.

CDD (23. ed.) 910.7

Elaborada pelo Bibliotecário: Thiago Elias de Sousa - CRB6-2547

EDUARDO DE ARAUJO DA SILVA

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM POÇOS DE CALDAS (MG)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao IFSULDEMINAS Campus Poços de Caldas, como parte das exigências do Curso Superior de Licenciatura em Geografia, para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Aprovado em 5 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas

Prof. Dr. Evânio dos Santos Branquinho Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL (MG)

> Prof. Gustavo Reis Machado UNA – Pouso Alegre

Dedico este trabalho aos meus pais, pois sem eles nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

- ❖ Aos meus pais Sandra Maria de Araujo da Silva e José Mauro da Silva Neto, por tudo até agora. Sem o suporte deles eu não teria iniciado a vida acadêmica.
- ❖ Ao Prof°. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade, primeiramente por sua amizade ao longo desses anos e por acreditar na realização desse trabalho. Sua ajuda foi fundamental para que eu conseguisse iniciar as pesquisas urbanas.
- ❖ Ao corpo docente do curso de Licenciatura em Geografia do IFSULDEMINAS -Campus Poços de Caldas, por todo conhecimento compartilhado.
- ❖ Aos demais servidores do IFSULDEMINAS Campus Poços de Caldas.
- ❖ Ao NIPE/IFSULDEMINAS Campus Poços de Caldas, pelo fomento em pesquisas.
- ❖ Aos meus amigos que conheci durante a graduação.
- À minha irmã Ana Clara de Araujo da Silva.
- ❖ Aos meus amigos Leonardo da Silva Félix e Rodrigo Alberto Jason Lopes.
- ❖ Ao Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.
- À Biblioteca Municipal de Poços de Caldas.
- ❖ À Escola Estadual Professor Arlindo Pereira Polivalente.

Milhões de brasileiros não tem teto, não tem chão.

Eu sou apenas mais um na multidão.

(A Família, 2004)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das zonas urbanas de Poços de Caldas, Minas Gerais	5
Figura 2 - Modelos de espacialidade da segregação	13
Figura 3 - Mapa de ocupação urbana de Poços de Caldas, Minas Gerais (1939	
2018)	
Figura 4 - Bairro Jardim Kennedy (RUH XII), 2018	
Figura 5 - Condomínio fechado na zona leste, 2018	
Figura 6 - Mapa de Hidrografia e Áreas de Risco, no ano de 2006	38
Figura 7 - Mapa de Valor Médio de Lotes (Reais/Metro Quadrado), em Poços d	
Caldas (2016)	39
Figura 8 - Mapa de Renda por domicílio de Poços de Caldas, no ano de 2010.	41
Figura 9 - Diferenciação das moradias entre bairros da zona oeste de Poços de	е
Caldas (2016)	43
Figura 10 - Diferenciação socioespacial entre bairros da zona oeste de Poços o	de
Caldas (2018)	43
Figura 11 - Mapa das Regiões Urbanas Homogêneas de Poços de Caldas: Val	riável -
Valor do Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais	de
idade, em 2010	45
Figura 12 - Produção do espaço entre o centro de Poços de Caldas e o bairro	São
José, em 2017	46
Figura 13 - Mapa de áreas relacionadas aos programas de habitação popular	47
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE GRAFICOS	
Gráfico 1 - Distribuição da renda em quintos da população dos anos de 1991, 2	2000 e
2010	
Gráfico 2 - Município de moradia dos entrevistados, n=60	
Gráfico 3- Considerações dos moradores acerca de seus bairros, n=60	
Gráfico 4 - Sentimento de exclusão dos moradores, n=60	
Gráfico 5 - Motivos para a exclusão das atividades urbanas, n=60	
Gráfico 6 - Nota dos moradores em relação às desigualdades sociais da cidade	
n=60	
Gráfico 7 - Opinião dos moradores de Poços de Caldas em relação aos salário	
oferecidos dentro município, n=60.	
LISTA DE TABELAS	
Tabela 1 - Evolução Demográfica de Poços de Caldas, (1920-2010)	29
Tabela 2 - Relação de renda, pobreza e desigualdade de Poços de Caldas	34
Tabela 3 - Loteamentos de habitação popular - Poços de Caldas (MG)	46
Tabela 4 - Bairros dos moradores entrevistados, n=60	
Tabela 5 - Problemas da cidade de Poços de Caldas indicados pelos moradore	∋s,
n=60	57

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de evidenciar o fenômeno de segregação socioespacial na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais. Poços de Caldas é uma cidade de relevância histórica, turística e econômica, localizada no sul de Minas Gerais. Categorizada como cidade média, ela apresenta elevados índices socioeconômicos para a média de seus moradores, porém, como as demais cidades inseridas na lógica capitalista, dentro do seu espaço urbano podem ser percebidas desigualdades, tanto sociais quanto espaciais. A zona central da cidade é onde o município começou. As quadras centrais da cidade foram planejadas, tornando Poços de Caldas uma cidade receptiva para turistas até a década de 1940. Porém, o crescimento urbano do município foi maior a partir da década de 1950, quando houve a diversificação das atividades econômicas. Na década de 1960, indústrias de grande porte se instalaram no município que gerou avanços econômicos significativos, além de criar fluxos migratórios consideráveis. Por consequência, esses acréscimos populacionais expressivos fizeram que a qualidade de vida na cidade descaísse, gerando problemas de habitação para grupos sociais com menores rendimentos. Nessa situação a cidade se reorganiza, se expandindo pelos eixos leste e oeste, e a zona sul é criada. Atualmente, podem ser visualizadas diferenças socioeconômicas materializadas na cidade. Na zona central e em setores da zona oeste, há moradias com padrões mais altos e atrativos locais. Em contrapartida, as zonas leste e sul contêm moradias destinadas a um público de menor renda, ambas trazem índices socioeconômicos inferiores, certa carência de ofertas diferenciadas de serviços, instituições e de infraestruturas para lazer, além de apresentarem riscos ambientais.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Diferenciação espacial; Espaço urbano.

ABSTRACT

The present work has the objective of evidencing the phenomenon of social and spatial segregation in the city of Poços de Caldas, Minas Gerais. Poços de Caldas is a city of historical, tourist and economic importance, located in the south of Minas Gerais. Categorized as a medium-sized city, it has high socioeconomic indexes for the average of its inhabitants, but, like the other cities inserted in the capitalist logic, within its urban space can be perceived inequalities, both social and spatial. The central zone of the city is where the municipality began. The central squares were planned following European models, to become a city receptive to tourists until the 1940s. However, the urban growth of the municipality was greater from the 1950s, when there was diversification of economic activities. In the 1960s, large industries settled in the municipality that generated significant economic advances, in addition to creating considerable migratory flows. As a consequence, this expressive increase in population has caused the quality of life in the city to fall, generating housing problems for social groups with lower incomes. In this situation the city reorganizes, expanding along the east and west axes, and the south zone is created. Currently, socioeconomic differences materialized in the city. In the central zone and in sectors of the west zone, there are houses with higher standards and attractive local. On the other hand, the east and south zones contain housing destined to a lower income population, both of them have inferior socioeconomic indices, a lack of differentiated offers of services, institutions and infrastructure for leisure, besides presenting environmental risks.

Key Words: Socio-spatial segregation; Spatial differentiation; Urban space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A DESIGUALDADE SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: CONCEITOS, NOÇÕE DEFINIÇÕES	
1.1. O conceito segregação e suas abordagens teóricas	6
1.1.1. Espacialidade da segregação	11
1.1.1.1. Modelo Kohl-Sjoberg	11
1.1.1.2. Modelo de Burgess	12
1.1.1.3. Modelo de Hoyt	12
1.2. Autossegregação	13
1.3. Diferenciação socioespacial	17
1.4. O "direito à cidade"	19
1.4.1. A obra "Direito à cidade"	20
2. A LÓGICA DO CAPITAL SOBRE O ESPAÇO URBANO: A CONTRADIÇÃO ENTRE VALOR DE USO E O VALOR DE TROCA	22
2.1. A industrialização e a expansão do tecido urbano	24
3. POÇOS DE CALDAS	29
3.1. Histórico e diferenciação das regiões da cidade	35
3.2. Desigualdade das rendas domiciliares e dos padrões de moradias	
3.3. Percepção dos moradores sobre a cidade de Poços de Caldas	48
3.3.1. Relatos dos moradores em relação à cidade	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	64
ANEXO A	67
APÊNDICE A - Imagens de bairros por satélite	69

INTRODUÇÃO

As cidades capitalistas caracterizam-se por serem fragmentadas, o que as tornam diferentes nas suas formas, tamanhos e conteúdos sociais e estruturais, originando um aglomerado de diferentes áreas. As áreas que compõem uma cidade foram criadas em diferentes tempos, por distintos processos espaciais, pela ação dos agentes sociais.

Do fracionamento urbano, é possível considerar divisões econômicas e sociais do espaço. As econômicas derivam da espacialidade das atividades econômicas, sejam elas do setor produtivo, do comércio ou da prestação de serviços. Já as divisões sociais do espaço urbano caracteriza-se em numerosas áreas sociais, cada uma delas com relativa homogeneidade social interna e heterogeneidade com as demais áreas (CORRÊA, 2013).

Poços de Caldas é uma cidade de relevância histórica, turística e econômica, que está localizada no sul de Minas Gerais. A cidade apresenta elevados índices para a média de seus moradores, desde renda per capta, condições de moradia, acesso à educação e saúde (ANDRADE, 2005). Segundo a classificação dos níveis hierárquicos das cidades de Minas Gerais, proposta por Amorim Filho (2007), a cidade se enquadra no nível 2, ou seja, é uma cidade média de nível superior que desenvolveu setores dinâmicos de comércio e indústria.

Desde sua criação, a cidade sempre teve importância turística, porém dois fatores contribuíram para uma defasagem turística da cidade: o fim das atividades proporcionadas pelos cassinos, ocasionado pelo decreto presidencial assinado por Eurico Gaspar Dutra no ano de 1946 e o avanço farmacêutico em contrapartida aos tratamentos com águas hidrotermais. Por consequência, a cidade teve que diversificar suas atividades econômicas (ANDRADE; OLIVEIRA, 2013).

O desenvolvimento do setor industrial do município começa a partir da década de 1960. A industrialização impulsionou a urbanização do município gerando um crescimento populacional expressivo (OLIVEIRA, 2012). Essa mudança das atividades econômicas foi benéfica para o desenvolvimento econômico da cidade, mas "por outro lado, o desenvolvimento econômico ocorrido no município resultou

em um expressivo crescimento populacional, que afetou diretamente a qualidade de vida dos moradores" (ANDRADE; OLIVEIRA, 2013, p. 49).

As desigualdades sociais são refletidas no espaço pelas práticas sociais, que moldam diferenças nas estruturas, na qualidade e no acesso a serviços públicos ou privados (CARLOS, 2011). As moradias refletem diferenças, sendo que esse tipo de estrutura é uma mercadoria que, não levam apenas valor de troca, mas também de uso, dependendo do solo urbano para sua formação (CORRÊA, 1989). Portanto, a desigualdade socioeconômica é um dos principais fatores que segregam as classes sociais no espaço.

O conceito "segregação" é utilizado de diferentes formas pelos estudiosos das ciências humanas, como exemplo: social, residencial, urbana, espacial, étnica e socioespacial. Ele é um conceito fundamental para entender como ocorre a separação dos grupos sociais sobre um dado território, além de entender os processos espaciais relacionados.

O presente trabalho tem o objetivo de elucidar o fenômeno de segregação socioespacial na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais. A segregação socioespacial é vista como um processo que exibe uma complexa espacialidade, pois nela estão associados diversos grupos sociais os quais existem e se reproduzem socialmente sobre o espaço urbano da cidade.

A segregação como processo espacial, é evidenciada de forma mais acentuada em metrópoles (VILLAÇA, 1998; CORRÊA, 2013; CARLOS, 2013), porém isso não significa que o fenômeno esteja ausente em outras escalas, como apontado por Corrêa (2013) e Souza (2013). Mesmo que em menores intensidades se comparada às metrópoles brasileiras, Poços de Caldas já apresenta uma acentuada segregação.

Em Poços de Caldas, podemos observar bairros onde há terrenos de grandes quotas com a presença de residências que respeitam padrões urbanísticos, além disso, estas localidades apresentam qualidade nas infraestruturas e estão ausentes de riscos ambientais. Em contrapartida, é notável a predominância de moradias precárias e ausentes de padrões em outras localidades da cidade, lugares onde foi empreendida uma quantidade maior de habitações populares. Além disso, há certo

grau de segregação das atividades urbanas, que geralmente se encontram centralizadas.

Durante a pesquisa, foram realizadas revisões bibliográficas acerca do tema segregação socioespacial, assim como de outros temas que abordam as desigualdades sociais sobre o espaço geográfico. O levantamento bibliográfico sobre a história da formação de Poços de Caldas também foi realizado a partir de: livros, trabalhos acadêmicos e coleta de fontes em jornais. A utilização de documentos produzidos pela Prefeitura Municipal de Poços de Caldas também foi fundamental para o entendimento acerca da ocupação urbana do município.

Foram realizados trabalhos de campo para a observação das diferentes regiões dentro do município. Durante essa etapa, foram realizadas a captura de fotografias e feitas suas descrições. O trabalho de campo é uma ferramenta que permite analisar e comprovar dados e informações coletadas, e também pode fornecer novas perspectivas. As imagens obtidas nos trabalhos de campo favoreceu parte da discussão acerca da diferenciação espacial dentro das regiões do município.

A cartografia é de fundamental para os estudos socioespaciais, desse modo, a produção de mapas foi uma das etapas deste trabalho. Três mapas foram produzidos a partir da organização das fontes contidas nos: documentos produzidos Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, base cartográfica do IBGE e imagens do satélite *Landsat5* fornecidas no aplicativo *Google Earth*. Os Mapas produzidos são: mapa de zonas urbanas de Poços de Caldas, Minas Gerais (FIGURA 1), mapa de ocupação urbana de Poços de Caldas, Minas Gerais (1939 – 2018) (FIGURA 3) e Mapa das Regiões Urbanas Homogêneas de Poços de Caldas: Variável - Valor do Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2010 (FIGURA 11). A edição foi realizada no programa QGIS versão 2.18.14.

Por fim, foi disponibilizado um questionário contendo oito perguntas para os moradores da cidade, com a intenção de evidenciar a visão destes sobre o bairro que moram, sua satisfação em relação ao acesso às atividades urbanas assim como outros fatores. O questionário foi feito no aplicativo *Formulários Google*, sendo disponibilizado nas redes sociais. Foram coletadas e analisadas sessenta respostas.

O primeiro capítulo denominado "A desigualdade social no espaço urbano: conceitos, noções e definições" tem como objetivo fazer uma discussão teórica acerca dos conceitos geográficos que abordam as desigualdades sociais sobre o espaço geográfico.

No segundo capítulo é apresentado como que os estudiosos urbanos abordam a cidade sob a lógica capitalista. Nessa parte, é apresentado o entendimento de alguns autores sobre as mudanças que o Capital causa na cidade, transformando-a e remanejando-a conforme suas necessidades de reprodução.

No terceiro capitulo, intitulado "Poços De Caldas: características e expansão urbana" são apresentadas: as características do município, fatos históricos de Poços de Caldas e dados que revelam as diferenciações socioeconômicas e espaciais dentro da cidade. Na parte final desse capítulo, foram levantados dados qualitativos pelo questionário intitulado "Percepção dos moradores sobre a cidade de Poços de Caldas". Foram analisadas as respostas obtidas de 60 moradores do município.

Em Poços de Caldas é adotado o conceito de Regiões Urbanas Homogêneas (RUH's) para as parcelas do espaço urbano. Conforme o Diagnóstico do Plano Diretor do município, a cidade está subdividida em 32 RUH's sendo algumas dessas não ocupadas para o uso residencial. Este parcelamento propõe organizar as ações governamentais, no intuito de reduzir as desigualdades em termos de qualidades das habitações e serviços públicos; apropriar, recuperar e tratar áreas urbanizadas; promover articulações dos segmentos sociais; reforçar a estrutura interna das RUH's; e democratizar implantações de categorias de uso, dessa forma controlando atividades potencialmente nocivas aos moradores (POÇOS DE CALDAS, 2006).

As abordagens acerca das regiões da cidade foram feitas a partir das seguintes divisões: zona central, representada pelas RUH V, RUH VII, RUH VIII RUH IX, RUH X, RUH XI, RUH XIV, RUH XV e RUH XVI; zona leste, representada pelas RUH XVII, RUH XVIII, RUH XIX, RUH XX, RUH XXI, RUH XXII, RUH XXIII, RUH XXIV, RUH XXV e RUH XXVI; zona oeste, representada pelas RUH I, RUH III, RUH IV, RUH VI e RUH XXVII; e zona sul, representada pelas: RUH XIII e RUH XIII.

Zona Sul Distrito Industrial Autor: Eduardo de Araujo da Silva Zona Oeste -46.550 — Principais vias
Zona Central Legenda ₹ Mapa das zonas urbanas de Poços de Caldas, MG (2018). 10 km -46.600 7.5 Sistema geodésico de referência: WGS 84. 2.5 008.1Z--21.850 Fonte: O próprio autor.

Figura 1 - Mapa das zonas urbanas de Poços de Caldas, Minas Gerais.

Para ilustrar a divisão proposta, o mapa de zonas urbanas de Poços de Caldas, Minas Gerais (FIGURA 1) foi produzido. Os bairros citados têm indicação a qual RUH pertence, para facilitar o entendimento da localização no contexto do espaço urbano local.

1. A DESIGUALDADE SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: CONCEITOS, NOÇÕES E DEFINIÇÕES

Para Roberto Lobato Corrêa (1989), a cidade como objeto de estudo interessa a pesquisadores das ciências humanas e sociais aplicadas e são também pertinentes aos gestores e políticos. Nas cidades que a população se encontra concentrada, nelas existem os fluxos de economias diversificadas, fluxos de decisões políticas, mas por outro lado também são os principais ambientes dos conflitos sociais, resultados de suas desigualdades socioeconômicas.

O espaço de uma cidade capitalista é fragmentado, com diferentes usos justapostos entre si. Nela haverá o centro, concentrando atividades econômicas, de serviços e gestão, as áreas reservadas às indústrias, áreas de lazer, as áreas residenciais distintas para cada fração social e áreas reservadas para futuras expansões. Mas o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, mantendo relações entre suas diferentes áreas O autor exemplifica: "no capitalismo, manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a pratica do poder e da ideologia" (CORRÊA, 1989, p. 8).

O espaço urbano também deve ser apreendido como reflexo da sociedade. A cidade capitalista se torna desigual, sua fragmentação e reflexo social geram diferentes áreas. Pode-se dessa forma, perceber que existe uma forte tendência à formação de áreas residenciais segregadas, refletindo a estrutura social em classes. Mas ao mesmo tempo em que o espaço urbano é reflexo, ele é condicionante da sociedade, favorecendo ou não as condições sociais (CORRÊA, 1989).

Corrêa (1989) define os processos espaciais e suas formas. Classifica-os como: centralização e a área central; descentralização e núcleos secundários; coesão e áreas especializadas; segregação e as áreas sociais; dinâmica espacial da segregação e; inércia e as áreas cristalizadas.

1.1. O conceito segregação e suas abordagens teóricas

A segregação é uma parte elementar e complementar para entender o espaço urbano e sua produção. Os investimentos econômicos e as estratégias de como e

onde morar são determinantes na produção das residências. Os agentes produtores do espaço urbano, tanto os formais como os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, o Estado e os agentes imobiliários quanto os informais como os grupos sociais excluídos realizam práticas espaciais, que produzem segregação espacial.

O conceito segregação foi criado por Robert E. Park em 1916 e se desenvolve na Escola de Chicago, tendo a contribuição de Ernest Burgess em 1925 e, posteriormente por Roderick Duncan Mckenzie em 1926 (CORRÊA, 1989; SPOSITO, 2013). Os teóricos entendiam a cidade como uma forma de comunidade sujeita à luta pela sobrevivência. A espacialidade desse objeto de estudo, é manifestada em áreas, onde grupos sociais de relativa homogeneidade ocupam espaços, viabilizando sua reprodução social, e neste contexto, o espaço condiciona formas de existência (CORRÊA, 2013).

Por sua relativa banalização e utilização errônea, Sposito (2013) apresenta seis pontos que caracterizam a multidimensionalidade da segregação: 1) "nem todas as formas de diferenciação e desigualdade são, necessariamente, formas de segregação" (SPOSITO, 2013, p. 64); 2) há "múltiplas formas de adjetivá-la" (SPOSITO, 2013, p. 65); 3) "a segregação é sempre de natureza espacial" (SPOSITO, 2013, p. 66); 4) "ela é, na essência, um processo" (SPOSITO, 2013, p. 66); 5) "a segregação se estabelece, sempre, como uma mescla de condicionantes e expressões objetivas e subjetivas" (SPOSITO, 2013, p. 66) e; 6) "a segregação vincula-se aos sujeitos sociais envolvidos no processo – os que segregam e os que são segregados" (SPOSITO, 2013, p. 67).

Existindo "múltiplas formas de adjetivá-la" (SPOSITO, 2013 p. 65), a palavra segregação pode vir acompanhada de outra noção, seja ela social, racial, étnica, socioespacial, residencial ou urbana. Sposito (2013) argumenta que o termo segregação residencial seja adequado para os estudos espaciais, assim como utilizado pelos autores da Escola de Chicago, pois a analise parte dos modos de apropriação e uso do espaço. Mas a adjetivação preferida pela autora é a segregação socioespacial, pois remetem as duas dimensões mais importantes, a social e a espacial.

De acordo com Corrêa (1989), o termo segregação formulado por Robert E. Park e Roderick Duncan Mckenzie define uma concentração de tipos populacionais em um território. Entende-se, dessa forma, que a segregação pode ser expressa no espaço pelas diferentes classes sociais. Essa materialização pode ser verificada pela diferença da capacidade de cada classe social ter de adquirir ou alugar a moradia que reside, enfrentando, ou não, problemas de como e onde morar (CORRÊA, 1989).

Villaça (1998) observa a segregação, nas metrópoles brasileiras, definindo-a: "Tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole" (VILLAÇA, 1998, p. 142).

Villaça (1998) afirma também que a segregação não impede a presença nem o crescimento de diferentes classes num mesmo espaço, no caso das metrópoles, não existe a presença exclusiva de classes de alta renda em uma região geral, porém, pode haver tal exclusividade, no melhor dos casos, em bairros. Diferentemente disso, existe a presença exclusiva de classes de baixa renda em grandes regiões urbanas.

Já para Sposito (2013), a segregação revela forte homogeneidade interna no espaço segregado, porém isso não significa necessariamente que a segregação ocorra em todos os espaços urbanos que tenham homogeneidade interna. Desse modo, a segregação é distinta da diferenciação espacial, acarretada do próprio processo de urbanização. Então, para a referida autora, a aplicação do conceito de segregação só cabe quando a diferenciação das formas espaciais leva à separação espacial radical entre o espaço segregado com o restante do espaço urbano, dificultando as relações entre ambas às partes.

É importante frisar que o conceito de segregação não deve ser confundido com outras noções de processos urbanos, como exemplo a diferenciação espacial ou marginalização (SPOSITO, 2013). Faz-se necessário expor a diferença entre essas noções, para que não se confunda o processo e forma de segregação socioespacial com outros processos urbanos.

Além disso, "ela é, na essência, um processo" (SPOSITO, 2013, p. 66). Para Sposito (2013), a segregação por ter caráter processual, dificulta as delimitações das áreas segregadas, tornando dessa forma, um desafio sua representação cartográfica.

Para Carlos (2013), na dimensão do cotidiano, a segregação apresenta-se primeiramente como diferenças nos acessos de moradias, limitações no acesso de atividades urbanas relacionadas aos usos de transportes públicos e individuais e os descasos com a infraestrutura de espaços públicos, assim como sua supressão e restrição (CARLOS, 2013).

No processo de produção do espaço sob a lógica capitalista, acontecem contradições entre a produção social, revelada na realização do ser social em conflito com a sua apropriação privada do espaço (CARLOS, 2013).

A prática espacial se apoia na determinação dos valores de uso dos lugares cuja origem se situa no culto da religião. Desse modo, nota-se que seu sentido subjetivo não se separa da materialidade objetiva que permite que as relações sociais se realizem, mas, pelo contrário, liga-se dialeticamente a ela, revelando um conjunto articulado de lugares — espaços-tempos de realização da vida urbana (CARLOS, 2013, p. 97).

De acordo com Carlos (2013), a segregação é a expressão contraditória e dialética entre o valor de uso e o valor de troca do espaço urbano.

A segregação está posta como fenômeno urbano que acompanha a criação das cidades em vários momentos de sua história, sob o capitalismo ela ganha outra forma: a produção do espaço – mercadoria como momento de realização do processo de acumulação (CARLOS, 2013, p. 97).

A cidade sob a lógica capitalista torna-se uma mercadoria, cujo acesso aos seus espaços seja determinado pelo mercado imobiliário. O acesso e o uso, por exemplo, dos bens e serviços urbanos, estarão submetidos a um valor de troca articulados a partir da localização (CARLOS, 2013). Desse modo, conforme Carlos (2013), a diferença no acesso ao espaço revela-se na apropriação privada, onde esta será determinada pela distribuição de riqueza. Nessas circunstâncias, o espaço revela-se como homogêneo pela "intercambialidade" que nele é imposto e ao mesmo tempo, fragmentado pelo mercado imobiliário, que o fraciona e vende.

Diferente dos autores citados, Vasconcelos (2013) não considera o conceito segregação aplicável ao contexto brasileiro, O referido autor não considera que as

populações das favelas estejam realmente segregadas. Elas ocupam locais onde o Estado permite, já que o mesmo não consegue atender todas as demandas de moradia. Nesse caso, as populações que se encontram confinadas nas favelas podem sair dessa condição quando há ascensão econômica dos indivíduos (VASCONCELOS, 2013).

De acordo com Vasconcelos (2013, p. 34):

Os conceitos e noções de segregação/dessegregação deveriam ter sua utilização limitada a contextos históricos e nacionais específicos, pois eles perdem o caráter heurístico quando se procura tudo explicar com os mesmos. Uma população ou área é segregada devido às coações externas, as quais não devem ser confundidas com outros processos.

O autor complementa sua tese afirmando que a literatura sobre a segregação residencial dos negros estadunidenses é vasta. Uma série de estudos denuncia como que os negros foram forçados a residir em locais isolados, formando guetos, estes que criaram uma subcultura própria (VASCONCELOS, 2013).

Souza (2013) discorda sobre a inaplicabilidade do conceito segregação no contexto brasileiro. De acordo com o autor, os termos técnicos usados nas ciências sociais geralmente são palavras do uso quotidiano como exemplo: cultura, classe, poder, onde nelas são construídas conceituações, pelos marcos de esforços teóricos que alimentam e são retroalimentados por esforços de pesquisas empíricas. O autor argumenta que o uso da palavra segregação não está motivado por razões linguísticas ou estéticas, mas há nela resistência à compreensão da realidade urbana brasileira, que nela está marcada os processos de afastamento, separação e segregamento.

Segundo Souza (2013), em toda sociedade heterônoma haverá algum grau de segregação, como expressão espacial da desigualdade e assimetria social, seja ela entre classes e casualmente entre etnias. A escala pode estar por vezes difícil de ser observada, mas isso não significa que exista uma completa e absoluta ausência da segregação.

Diferentemente de Vasconcelos (2013), autores como Corrêa (1989), Villaça (1998), Carlos (2013), Rodrigues (2013), Souza (2013) e Sposito (2013) consideram que o conceito segregação seja aplicável nos casos brasileiros. Cada autor citado contribui sobre a temática, geralmente utilizando de métodos e abordagens

diferenciadas, mas há um relativo consentimento entre os autores: a segregação ocorre com maior frequência e magnitude nas metrópoles nacionais.

De acordo com Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013), a temática acerca da segregação não se esgota, pois as relações entre o homem e o espaço são variáveis e, questionamentos em relação ao presente e o passado ainda podem ser investigados. Estes pontos são particularmente significativos para o Brasil, já que ainda há a necessidade de mais estudos sobre o tema em pauta e verificam-se relevantes mudanças da estrutura urbana do país. Em linhas gerais, a maior parte dos estudos sobre segregação se destina às metrópoles.

1.1.1. Espacialidade da segregação

A espacialidade da segregação é manifestada em áreas onde os grupos sociais de relativa homogeneidade ocupam, viabilizando sua reprodução social, nesse contexto, o espaço também condiciona formas de existência. (CORRÊA, 2013). A expressão "áreas naturais" foi criada pela ciência Ecologia Humana, com a intenção de representar essas áreas, porém a partir dos anos finais da década de 1940, tal expressão foi substituída por "áreas sociais" (CORRÊA, 1989).

A espacialidade da segregação pode ser concebida por diferentes modelos teóricos criados. Destes, Corrêa (2013) exalta três modelos elaborados: O modelo Kohl-Sjoberg, o modelo de Burgess e o modelo de Hoyt.

1.1.1.1. Modelo Kohl-Sjoberg

O primeiro desses modelos comentados por Corrêa (2013) é denominado pelo mesmo de modelo de Kohl-Sjoberg, que consiste no modelo da cidade pré-industrial, também visto como modelo centro-periferia. O geógrafo J. G. Kohl propôs em 1841 um modelo sobre as cidades da Europa continental, um século mais tarde, Gideon Sjoberg trouxe mais contribuições sobre tal modelo. Nesse modelo, as classes privilegiadas ocupam o centro, pois nesse local se encontram as praças, os monumentos que representam símbolos de poder, templos religiosos e a sede do

governo. No centro os terrenos são mais caros por causa das vantagens da localização e do *status* gerado. A partir do centro em direção às periferias, as acessibilidades ao poder e as amenidades vão decaindo, concomitantemente, os preços da terra urbana e o *status* dos moradores. (CORRÊA, 2013).

1.1.1.2. Modelo de Burgess

Em 1925, Ernest Burgess sobre seus estudos da cidade de Chicago, apresenta outro modelo espacial, que pode ser visto como a inversão do primeiro modelo apresentado. A segregação residencial se manifestava em zonas concêntricas a partir do centro urbano. No centro residiam os mais pobres, em cortiços ou residências antigas desalojadas pelas elites. Outras zonas concêntricas estavam formadas em torno do centro, progressivamente aumentando o *status* social dos moradores. Por fim, os grupos sociais de maior *status* social residiam na zona concêntrica mais distante do centro (CORRÊA, 2013).

1.1.1.3. Modelo de Hoyt

Homer Hoyt em 1939 publicou um texto onde "argumentava que a expansão espacial da cidade e a segregação residencial se faziam ao longo de setores, e não de acordo com zonas concêntricas, como propusera Burgess em 1925" (CORRÊA, 2013, p. 48). Esses setores se expandiam para uma mesma direção, sendo dotados de amenidades sociais e naturais. Nesse modelo, entende-se que a segregação acontece em forma de setores a partir do centro, diferentes dos outros dois modelos acima, que são em formas circulares em torno do centro. No modelo, as residências das populações de alto *status* social estarão localizadas em setores com mais amenidades, cortando os melhores eixos da cidade podendo exercer controle sobre a mesma. Esses setores serão cercados pelas populações de médio *status* (CORRÊA, 1989).

"Esses setores de altos *status* social acompanham eixos de circulação rápida, dotados de amenidades, livres de problemas ambientais e sem barreiras que impeçam a expansão urbana" (CORRÊA, 2013, p. 48).

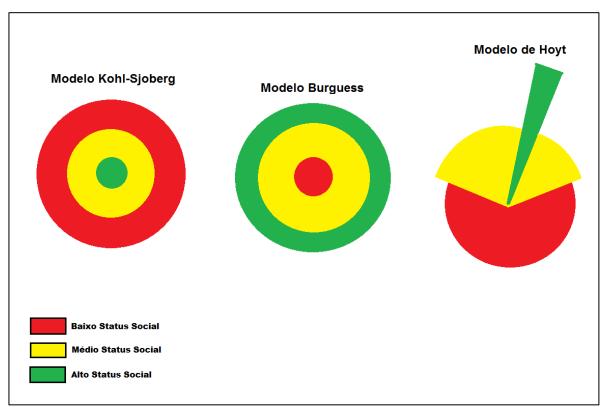


Figura 2 - Modelos de espacialidade da segregação.

Fonte: Corrêa (1989). Adaptado pelo próprio autor.

Corrêa (2013) afirma que é possível observar até mesmo todos os modelos de segregação em um determinado espaço de modo combinado, surgindo outras configurações espaciais mais complexas. Os ideais criados pelos autores podem dessa forma, coexistir num mesmo espaço, caracterizados por temporalidades diferenciadas. "A espacialidade da segregação residencial é complexa e está inscrita na história e geografia da cidade" (CORRÊA, 2013, p. 56).

1.2. Autossegregação

O não acesso ao solo urbano gera a situação de segregação socioespacial: os grupos sociais de menor renda irão sobreviver na condição que conseguirem, enfrentando variados problemas relacionados à localização e infraestruturas. Porém, a segregação socioespacial não se limita apenas a condição de pobreza, como indicado pelos autores Rodrigues (2013), Sposito (2013) e Corrêa (2013): há o processo de autossegregação. Nesse processo, os grupos sociais de maior

status/renda se apropriam de localizações de maior prestígio social e que possuem maiores amenidades (melhores paisagens, melhores localizações, melhor mobilidade, dentre outras) cercando-as, apropriando dessas localidades para moradia e/ou lazer.

De acordo com Sposito (2013), a segregação e autossegregação compõem um mesmo par, onde um processo reforça o outro. O grupo social que se encontra segregado estará se sentindo segregado de outro grupo. "O par segregação-autosegregação implica pelo menos dois pontos de vista possíveis: os que segregam e os que são segregados, os que estão na área segregada e aqueles fora dela" (SPOSITO, 2013, p. 70).

Corrêa (2013) aponta três tipos de áreas segregadas: autossegregação, segregação imposta e segregação induzida:

- Autossegregação: áreas que visam reforçar formas diferenciadas de existência e reprodução, escolhendo as melhores áreas do espaço urbano, tornando-as localidades exclusivas por razão dos altos preços dos terrenos e habitações. Dessa forma, se tornam áreas inacessíveis para outras classes sociais de menores rendas. As áreas autossegregadas são consideradas nobres e possuem segurança aos seus moradores. A paisagem dessa segregação pode ser composta de condomínios exclusivos, grandes moradias e, ambientes seguros e limpos (CORRÊA, 2013).
- Segregação imposta: áreas onde os residentes são impostos a viver, sem alternativas de onde e em qual tipo de habitação morar. As favelas, cortiços e conjuntos habitacionais localizados nas periferias sem infraestruturas urbanas compõem a paisagem desse tipo de segregação (CORRÊA, 2013).
- Segregação induzida: áreas daqueles que têm algumas escolhas, porém dentro dos limites estabelecidos por suas rendas, e pelos preços da terra e das habitações. A paisagem dessa segregação varia, tanto na qualidade das habitações quanto na qualidade do ambiente, revelando um menor grau de homogeneidade social (CORRÊA, 2013).

Rodrigues (2013) denomina as áreas de segregação socioespacial como loteamentos fechados e condomínios fechados, e os caracteriza no seguinte parágrafo:

Os loteamentos fechados e condomínios fechados apresentam peculiaridades relacionadas à dimensão (tamanho da gleba e dos lotes); à localização (áreas centrais e periféricas), à existência de equipamentos de uso coletivo; ao perfil social dos residentes e/ou usuários (faixas de renda, grupos étnicos, faixa etária, setor de atividade) e à legislação de cada país. Assemelham-se em várias cidades do mundo e têm a singularidade de ser um produto imobiliário com barreiras físicas que impedem a entrada dos não "credenciados". Redefinem a forma/conteúdo do espaço urbano nos lugares onde se instalam e criam nova modalidade de segregação socioespacial. (RODRIGUES, 2013, p. 148)

A venda desse tipo de segregação está associada aos discursos utilizados pelo setor imobiliário, de que essas propriedades urbanas estão acrescidas de segurança e qualidade de vida, desse modo, incorporam ao preço do produto imobiliário a mercadoria segurança (RODRIGUES, 2013).

Loteamentos murados são ilegais conforme a Lei 6.766/1979. Segundo Rodrigues (2013), mesmo inconstitucionais, esses tipos de apropriação se expandem e muitas das vezes são chamados de condomínios para burlar a legislação. Nesse tipo de apropriação, o IPTU não é incidido às ruas e praças. Diferentemente, os condomínios fechados estão conformes com a Lei 4.591/1964. Conforme a lei, o condomínio estará responsável pela manutenção das ruas, espaços públicos e praças já que são coproprietários de tais áreas. Tanto sobre as habitações, praças e ruas, o IPTU é tributado (RODRIGUES, 2013).

A cidade fracionada pela apropriação privada gera a segregação. Conforme Carlos (2017, p. 35):

Vivida no plano cotidiano, em seus fragmentos e percebida como exterioridade, a cidade privatizada torna-se fonte de privação. Nesse plano, o modo diferencial da apropriação dos lugares da vida constitui a segregação como racionalidade que se projeta pela separação dos sujeitos do espaço. A segregação — como a forma da desigualdade espaço-temporal — realiza-se como a negação do urbano e da vida urbana através da separação dos lugares da vida enquanto elementos autônomos. Portanto, da prática espacial urbana despedaçada sinaliza o empobrecimento e a deterioração da vida social diante da extensão da mercantilização que acompanha a privatização do mundo.

A urbanidade que, fragmentada pelo processo de apropriação privada, revela por sua vez, as formas de relações sociais, onde a situação de grupos menos favorecidos é a de mera sobrevivência, dissociando sobrevivente de homem da cidade (CARLOS, 2017).

"Consideramos a segregação residencial como um processo em relação ao qual as classes sociais e suas frações constituem o conteúdo essencial mas não exclusivo das áreas segregadas" (CORRÊA, 2013, p. 40). Corrêa (2013) apoiado sobre ideias de Harris (1984) comenta que, segundo o autor a segregação de classes e diferenciação residencial devem ser consideradas juntas.

Harvey (1975) apud Corrêa (2013, p. 41) argumenta que para entender a diferenciação residencial se faz necessário conhecer o processo de estruturação das classes sociais e suas frações, dessa forma contestando as primeiras formulações sobre a teoria, que consideram que a diferenciação residencial é devida pelo fato dos indivíduos serem semelhantes quanto à renda e padrões culturais tendendo a morarem juntos. A estruturação das classes sociais é ocasionada por três forças, nomeadas de: primárias, residuais e derivativas. Segundo o autor as forças primárias são aquelas que dividem a sociedade em duas classes, naqueles que detêm os meios de produção e nos que tem apenas a força de trabalho. Dessa primeira força, resultam as outras duas forças: as forças residuais e as forças derivativas.

As forças residuais emergem da permanência de classes sociais herdeiras do passado, que vivem na cidade, como a classe dos grandes proprietários rurais absenteístas, que vivem na cidade com a renda da terra transferida do campo para a cidade, e como a de grupos de imigrantes de origem rural, não integrados plenamente à economia capitalista (CORRÊA, 2013, p. 41).

Já as forças derivativas são originárias da dinâmica capitalista e, derivadas das suas necessidades que envolvem de um lado o processo de acumulação e sua continuidade e a reprodução de uma sociedade diferenciada. Essas forças derivativas são responsáveis por deixar as sociedades capitalistas mais complexas. Complexas, pois geram: fragmentação das classes por causa da divisão do trabalho; criando classes diferentes referentes ao consumo que visa uma demanda variável; aparecimento da classe média burocrática, com o objetivo de controlar e organizar a produção, tendo sua gênese tanto por ascensão social ou decadência das antigas elites; projeção dos ideais da classe dominante, que desviam a atenção dos problemas Capital-trabalho e; a necessidade de organizar as chances de mobilidade

social que podem advir da distribuição, circulação, processo de produção e sua dinâmica, mudanças estas que podem ocasionar instabilidade da estrutura social (CORRÊA, 2013, p. 42).

De acordo com Corrêa (2013), as forças derivativas são comumente mais intensas na metrópole do que nos centros menores. Isso significa que a fragmentação social nas metrópoles seja maior, consequentemente a segregação residencial é mais heterogênea.

1.3. Diferenciação socioespacial

A diferenciação socioespacial pode ser vista nas diferenças das estruturas espaciais. Ela aparece em diversos contextos e é resultado de múltiplos processos. Nas favelas do Brasil existe uma enorme diferenciação socioespacial que pode ser percebida em imagens aéreas, porém essa diferenciação não exclui a relação entre os diferentes grupos sociais (VASCONCELOS, 2013).

Para Carlos (2011), a diferenciação socioespacial é revelada na cidade a partir da justaposição entre morfologia social e morfologia espacial, a primeira é promovida pelas diferenças das classes sociais e a segunda é produzida a partir das formas e nos diferentes acessos aos espaços, seja para a reprodução da vida.

As relações sociais se realizam em um determinado local, onde se concretizam em um tempo determinado. As classes apropriam-se do espaço para reproduzir suas vidas, isto é, produzir bens materiais para satisfazer necessidades e humanidade do homem (CARLOS, 2011).

Carlos (2011) argumenta que é necessário ter a compreensão do espaço como movimento e processo, realizando-se na chamada tríade condição-meio e produto da produção/reprodução social. Compreendendo o espaço desta forma, é possível desvendar os níveis da realidade e as escalas que permitem a compreender dos elementos fundamentais da diferenciação socioespacial. Esses níveis da realidade são: o nível econômico, o nível político e o nível social.

O nível econômico pode ser entendido a partir das necessidades da reprodução do capital. Como condição, o espaço é infraestrutura, concentração de

ofertas de mercado e concentração de matéria-prima; como meio, o espaço pode ser entendido como forma de circulação (produção, distribuição, circulação, trocas e consumo); como produto, o espaço pode ser apreendido como: espaço produtivo (CARLOS, 2011).

O nível político, como condição, é o território definido para ações do Estado; como meio, nas formas de planejar e organizar. "O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro, [...] produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado" (CARLOS, 2011, p. 52). Como produto, se apresenta como espaço estratégico (CARLOS, 2011).

O ultimo nível de realidade apresentado é o social. É onde podem ser reveladas as condições da vida da sociedade. É o plano da vida cotidiana, onde ocorre a dialética entre o uso e valor de troca. Sua materialização é indissociável do tempo e do espaço. Como condição, é o espaço onde se materializam as relações da sociedade; como meio, realiza-se como circulação, permitindo a mobilidade; como produto, apresenta-se como o espaço enquanto valor de uso (CARLOS, 2011).

As expansões da cidade ocasionada pela produção do espaço urbano que tendem dar continuidade aos tecidos urbanos podem promover uma cidade dispersa, contribuindo para as desigualdades socioespaciais. Isso se dá tanto pelo baixo grau de mobilidade gerado ou pela não distribuição dos meios de consumo coletivo (SPOSITO, 2013).

De acordo com Shevky e Bell (1974) apud Corrêa (2013), a diferenciação socioespacial pode ser visualizada por uma tipologia de áreas, caracterizadas por três índices que são independentes entre si: Posição social, urbanização e segregação, esta última relacionada aos grupos étnicos. Esses índices servem para relacionar as formas do espaço urbano com as características da sociedade pertencente do mesmo.

O primeiro índice apontado é a Posição social, ele deriva da diferenciação dos indivíduos e grupos sociais quanto à ocupação, educação e preço da habitação, sendo esse último o mais importante indicador do grupo. A urbanização como o

segundo índice, deriva da "estrutura mutável da atividade produtiva" (CORRÊA, 2013, p. 54), tendo como indicadores: a fecundidade, mulheres ativas no mercado de trabalho e, unidades residenciais unifamiliares. A segregação, como o último índice, estará vinculada especialmente às tendências de concentração de grupos étnicos (SHEVKY; BELL, 1974 apud CORRÊA, 2013).

Conforme Corrêa (2013), nos países periféricos a diferenciação socioespacial pode ser interpretada de forma mais simples, pois exibem um único padrão: "mais pobre, menos escolaridade, maior fecundidade, piores condições de habitação e localização na periferia" (CORRÊA, 2013, p. 55).

1.4. O "direito à cidade"

As profundas mudanças no espaço urbano ocasionadas na realização do capitalismo (pelo processo de acumulação de capital) encontram seus limites, estes que ocasionalmente geram conflitos urbanos. Os limites da reprodução ampliada incidem na produção do espaço urbano, podendo ser percebidos com maior intensidade nas metrópoles. Isso se deve pela mundialização da economia, que traz como característica a acumulação/concentração de riquezas sem limites, esta que acompanha o processo de privatização (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017).

O "direito à cidade", formulado por Henri Lefebvre em 1968, é até nos dias atuais um termo capaz de carregar um poder de análise, este que pode verificar "quem é quem na vida urbana, mas também, e, sobretudo, um conceito transformador e revolucionário" (BERNACH, 2017, p. 15). Seu uso banalizado por instituições, acadêmicos e cidadãos, fez sua força política sumir, convertendo numa ideia de menor força (BERNACH, 2017).

"A superação da segregação socioespacial encontra seu caminho na construção do *direito à cidade*, como projeto social" (CARLOS, 2013, p. 109). Conforme Carlos (2013), o direito à cidade pode também, ser concebido como uma forma de projeto social, este que, feito no plano real, pode criar uma cidade menos desigual e mais justa.

1.4.1. A obra "Direito à cidade"

O ponto de partida de Henri Lefebvre para a discussão do livro *Direito à cidade* é a industrialização. Para o autor a sociedade atual é marcada pela industrialização.

A cidade preexiste ao processo de industrialização, como as antigas cidades orientais, as cidades arcaicas greco-romanas, também as cidades medievais. Cada uma delas, com modos de produção diferentes. As cidades orientais e greco-romanas tinham caráter essencialmente político, enquanto as cidades medievais tinham caráter mais voltado ao comércio e sistema bancário, mesmo assim, não perdendo as funções políticas (LEFEBVRE, 2001).

Lefebvre (2001) considera a cidade uma obra da sociedade, porém, sua direção aos interesses capitalistas faz que ela se torne um produto.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comercio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

Até aqui, entendido como obra, a cidade é interesse de todos os grupos, seja os poderosos ou os oprimidos, nela existem fluxos de decisões, fluxos econômicos e de pessoas. Sendo o centro da vida em sociedade, nela não acumula apenas riquezas, mas também conhecimentos e técnicas (LEFEBVRE, 2001).

Conforme Lefebvre (2001), vida em sociedade não impede as lutas entre os diferentes grupos sociais, a cidade dessa forma, ela é palco desses conflitos. Segundo o autor:

A vida comunitária (comportando assembleias gerais ou parciais) em nada impede as lutas de classe. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre riqueza e pobreza, os conflitos entre os poderosos e oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer (LEFEBVRE, 2001, p. 13).

"A análise da complexidade do urbano é um desafio para compreender a desigualdade social expressa no território urbano e nas possibilidades de resistência societária" (RODRIGUES, 2007, p. 79).

De acordo com Bernach (2017), a obra de Lefebvre não foi poupada de críticas, incompreensões, mal-entendidos e, o uso despolitizado dos seus pensamentos fez que o conceito "direito à cidade" se tornasse banal, perdendo carga política. Além disso, por parte dos neoliberais, sua obra é considerada anacrônica.

2. A LÓGICA DO CAPITAL SOBRE O ESPAÇO URBANO: A CONTRADIÇÃO ENTRE VALOR DE USO E O VALOR DE TROCA

A urbanização e as desigualdades sociais sobre o espaço são discutidas por estudiosos das ciências humanas há várias décadas, em especial, por geógrafos, sociólogos e urbanistas. Em grande parte, por aqueles que trabalham sob o viés crítico, considerando que o capitalismo induz as desigualdades sociais. Tal modo de produção perpetua a divisão social do trabalho (fato este que determina a reprodução de vida das classes sociais), reprodução ampliada e acumulação do capital de forma desigual. A lógica do capital, que transforma a cidade em uma mercadoria (parte fundamental da reprodução ampliada) cria valores de troca que não são acessíveis para todos os grupos sociais, como exemplo, aqueles que se encontram na situação de excluídos ou desfavorecidos em renda.

Se a missão burguesa da perpetuação do funcionamento do capital é a reprodução de classes e a expansão das relações produtivas numa escala geográfica, entende-se então que a base para as contradições internas do capitalismo, ou até do socialismo, também se expandam no âmbito geográfico (HARVEY, 2005). Para o autor:

A acumulação de capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político (HARVEY, 2005, p. 193).

O capitalismo que se expande para múltiplas partes do mundo, acaba condicionando sua reprodução continuada, isto significa em outras palavras, a mundialização. Nessa ocasião, há a produção de um espaço mundial, e uma sociedade urbana, que por consequência também mundial (CARLOS, 2011).

Quanto mais a cidade se produz na lógica capitalista, maiores serão os preços atribuídos aos solos urbanos e às edificações. Os preços das porções de terra e das edificações da cidade aumentam mesmo nelas não tenham nenhum trabalho produtivo, isso pode ser percebido pela especulação de lotes vazios (RODRIGUES, 2007).

Conforme Rodrigues (2007, p. 74):

A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social. A luta pelo direito à cidade mostra as agruras e dificuldades da maioria.

É contraponto a essa condição de permanência da desigualdade e do ideário dominante. Pretende que o espaço segregado, condição de permanência na mesma situação de vida, se transforme em condição de mudança.

Rodrigues (2007, p. 74) descreve que o papel do Estado é aparentemente paradoxal, onde ele se faz presente na definição do salário mínimo, nas normas de apropriação do solo urbano como propriedade privada, nas legislações do uso das terras e construções e implantações de equipamentos para o uso coletivo social, porém, o Estado parece ausente quando define salários mínimos insuficientes para uma reprodução de vida de qualidade e, não promovendo o acesso universal dos meios e equipamentos de uso e consumo coletivos.

De acordo com Carlos (2017), o Estado também é capaz de distribuir os recursos de forma desigual:

As operações urbanas, realizadas no plano do Estado, se desdobram em políticas públicas de distribuição de recurso no espaço de forma desigual. Assim, a lógica da acumulação, ao se realizar, culmina no mundo moderno com a reprodução contínua do espaço urbano cujo movimento contraditório é marcado pelo signo da segregação que se manifesta concretamente pela concentração da riqueza, do poder e da propriedade, orientadas pela ação do Estado (CARLOS, 2017, p. 38).

Carlos (2017) afirma que, sob as condições do capitalismo, o espaço urbano se torna mercadoria, gerando uma contradição:

A produção do espaço se impõe como condição, meio e produto da reprodução da sociedade no seio do processo geral de reprodução capitalista. Sob o capitalismo, a produção do espaço torna-se uma mercadoria, ganhando concretude prática na contradição dialética valor de uso/valor de troca (CARLOS, 2017, p. 34).

De acordo com Carlos (2017), no movimento de produção e reprodução do espaço urbano, exibe um conflito latente entre valor de troca, onde nessa situação que se realiza o lucro e valor de uso, onde a vida urbana se realiza através do uso do espaço em determinados tempos, onde essencialmente essa prática é improdutiva no ponto de vista da lógica do capital.

Conforme a autora (2017), não há formas de evitar o conflito entre a lógica da realização do capital e as necessidades da sociedade, como anteriormente comentado, o conflito ente o uso e a troca. Este conflito entre uso/troca pode ser visto em diferenciadas formas na vida cotidiana, de modo que, a reprodução do

espaço urbano sob a lógica de acumulação inerente ao capitalismo repõe uma outra condição que a compõe: a desigualdade entre os indivíduos na sociedade através dos modos diferenciados de apropriação da cidade para a realização da vida.

Portanto, a desigualdade social que se reproduz, concretamente, aos modos de apropriação desigual do solo urbano, que tem como característica o valor de uso para as práticas socioespaciais.

2.1. A industrialização e a expansão do tecido urbano

"A cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas, mão-de-obra" (LEFEBVRE, 2001, p. 15). Conforme os escritos de Henri Lefebvre, a indústria se apodera da cidade, podendo fazer transformações nela, antes jamais imaginadas.

A indústria pode apoderar da cidade, tomando-a e remanejando-a, segundo suas necessidades. A industrialização não rompe com o crescimento das aglomerações urbanas, pelo contrário, onde a indústria se fixa, ela tem o poder de criação, gerando subúrbios, bairros operários e até favelas (LEFEBVRE, 2001). Sobre tal condição o autor cita que a industrialização:

Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades. Ela ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se deles. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, as cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível) (LEFEBVRE, 2001, p. 16).

Como indicado pelo autor, é de difícil a compreensão total do "duplo processo" de industrialização e urbanização, pois estes podem ser visualizados como processos inseparáveis, se tornando um único processo conflitante. Não são apenas empresas criadas no processo de industrialização, mas também são criados diversos estabelecimentos, como centros financeiros, técnicos e políticos.

Na atualidade, o setor financeiro apropria-se do espaço para possíveis investimentos enquanto o setor imobiliário junto à indústria da construção civil produz infraestruturas, como forma de mercadorias para o consumo (CARLOS, 2017).

Ao considerar a produção e reprodução do espaço urbano, o centro pode ganhar um enfoque especial. Os antigos centros urbanos no tecido urbano¹ não desaparecem, eles se transformam. Continuam sendo centralidades onde há intensa vida urbana. Lefebvre (2001, p. 20) acorda que:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para festas, para desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos.

Por causa da extensão do tecido urbano, os antigos núcleos urbanos podem também se deteriorar ou perder totalmente sua centralidade. Pessoas deslocam-se para as periferias urbanas, tanto para usos residenciais quanto para atividades produtivas (LEFEBVRE, 2001).

As expansões da cidade ocasionadas pela produção do espaço urbano que tendem dar continuidade aos tecidos urbanos podem promover uma cidade dispersa, contribuindo para as desigualdades socioespaciais. Isso se dá tanto pelo baixo grau de mobilidade gerado ou pela não distribuição dos meios de consumo coletivo (SPOSITO, 2013).

De acordo com Carlos (2017), as desigualdades entre centro-periferia se aprofundam com a extensão desmedida do tecido urbano, além disso, todas as partes de uma cidade ficam submetidas sob a lógica do capital financeiro que: ordena novas mudanças espaciais, cria espaços industriais, realoca populações desfavorecidas, cria condomínios fechados destinados a diferentes classes sociais, gera novas centralidades com interesses junto ao mercado imobiliário, dentre outras intervenções.

Carlos (2017) considera que a segregação socioespacial cresce nessa condição, tanto pela diferença do acesso à moradia (que fica cada vez maior devido à mercantilização intensificada do espaço urbano) quanto pela relação da mobilidade urbana (que cada vez mais dependente de transporte, limita o acesso do

_

¹ Tecido urbano é uma metáfora utilizada por Henri Lefebvre no livro *O Direito à Cidade*. Em suas palavras, a metáfora não é muito clara. "Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras" (LEFEBVRE, 2001, p. 18).

indivíduo às atividades urbanas e, na falta desse, revela a separação do cidadão e centralidade).

O Estado, como um dos agentes produtores do espaço urbano, tem o poder de criar políticas publicas que orientarão as possíveis produções e ocupações, estes conjuntos de programas podem prover as infraestruturas necessárias para o crescimento da cidade. Dessa forma, o espaço apresenta-se como um instrumento político, onde as classes dominantes têm o poder de organiza-lo e manipula-lo (CARLOS, 2013).

De acordo com Carlos (2013), a segregação pode-se difundir no processo de expansão do tecido urbano, promovido pela produção do espaço urbano submetida à ordem do Capital:

A prática social urbana, no momento do processo de implosão/implosão, vai se manifestando a extrema separação/dissociação dos elementos de uma vida fragmentada, na separação dos espaços da realização da vida cotidiana entre lugar moradia-lugar de trabalho. [...] A vida cotidiana realiza a contradição homogêneo/fragmentado ao mesmo tempo que se apresenta invadida por um sistema regulador que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-as a formas abstratas (CARLOS, 2013, p. 103).

Os antigos centros, que por sua vez estão deteriorados e desvalorizados economicamente e socialmente, podem servir de moradia para os excluídos da sociedade. Do mesmo modo, os centros antigos podem sofrer uma série de renovações, dentre elas a gentrificação, para que nessa área possa servir para moradias de alto status social. De acordo com Lefebvre (2001, p.18):

Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os 'pobres' e tornam-se guetos para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrario, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade.

Segundo Alvarez (2013), as grandes cidades nas últimas décadas vivem um conjunto de transformações, estas incluem novos usos das antigas áreas, projetos de revitalização do centro, expansão do tecido urbano e adensamento vertical, valorização de áreas periféricas, desvalorização de imóveis e remoção de populações. Tais mudanças expressam novas morfologias, uso e funções dos espaços e também podem indicar mudanças na reprodução social.

Alvarez (2013) afirma que compreender o fenômeno urbano e sua totalidade tem sido uma tarefa difícil devido a sua complexidade, em especial, na busca de articulação entre os diferentes níveis de análise: do privado/habitat ao global.

A paisagem urbana revela desigualdades que são socioespaciais, porque fundamentadas num processo contraditório de produção social do espaço, no qual a valorização/circulação de capitais de diferentes níveis (locais, regionais e globais) pressupõe a produção da cidade (da metrópole, do urbano) como condição e meio de sua própria realização, o que implica a adoção de estratégias e alianças (no plano econômico e no econômico e político) que buscam viabilizar seus objetivos, qual seja, a reprodução ampliada (ALVAREZ, 2013, p. 113).

A segregação pode se revelar na morfologia desigual das habitações, nas dificuldades de acesso à centralidade e aos serviços e na impossibilidade de acesso à cidade por parte de seus habitantes (ALVAREZ, 2013).

Para Carlos (2017), a propriedade privada do solo urbano revela sua função de realização da acumulação contínua do valor, esta que está sustentada pela função jurídica que impõe direitos garantidos institucionalmente. Desse modo, sua existência se torna inquestionável.

Como consequência, o processo de reprodução do urbano revela sua contradição fundamental que reside na reprodução do espaço sob o capitalismo: sua produção é social enquanto sua apropriação é privada (CARLOS, 2017, p. 35).

De acordo com a referida autora (2017), na escala do lugar a justaposição entre morfologia social (onde há a sociedade segmentada em classes sociais) e morfologia espacial (espaço urbano fracionado e segregado pela apropriação privada da riqueza, onde define acessos desiguais) é a expressão material desta contradição.

A cidade se torna um meio e um poder na mão das classes dominantes, onde pela criação e utilização de políticas públicas, regulariza e/ou direciona fluxos de investimentos, centraliza ou descentraliza áreas, valoriza ou desvaloriza lugares onde a vida cotidiana se realiza, de modo que as desigualdades sejam aprofundadas (CARLOS, 2017).

No discurso dominante, o Estado está acima dos problemas acarretados pelas desigualdades urbanas, onde o mesmo junto aos agentes capitalistas promovem desenvolvimentos econômicos e urbanos. Em contrapartida, os agentes

excluídos, parecem ser os causadores dos problemas urbanos. (RODRIGUES, 2007). A autora (2013) cita o Estado fica refém dos incorporadores imobiliários quando entregam a manutenção dos espaços públicos e também a segurança, cuja obrigação constitucional é sua.

Rodrigues (2007, p. 75) diz que:

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se e condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a "oposição" entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço.

Tal compreensão da desigualdade socioespacial se faz necessária, para que a "culpa" dos problemas urbanos não caia sobre os agentes produtores do espaço não-capitalistas, em outra palavras, os excluídos. Estes produtores que sem opções, aproveitam das mínimas e precárias oportunidades dentro do espaço urbano para sobreviver (RODRIGUES, 2007).

3. POÇOS DE CALDAS

Poços de Caldas é uma cidade média com relevância histórica e turística, localizada no sul de Minas Gerais. O município apresenta elevados índices socioeconômicos para a média de seus moradores, como o IDHM, que, com índice de 0,779, está dentre os mais elevados do estado e do país (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Seu crescimento populacional foi bem expressivo a partir da década de 50, passando de 25.237 habitantes em 1950, para 88.354 em 1980, e 152.435 moradores em 2010, sendo a população majoritariamente urbana (IBGE: Censos Demográficos). Estima-se que em 2018, a população seja de 166.111 pessoas (IBGE, 2018).

Tabela 1 - Evolução Demográfica de Poços de Caldas, (1920-2010).

Ano		População		Crescimento Taxa demográfico (%) urbaniz	
	Urbana	Rural	Total		(%)
1920	-	N H	14.587	3 = 0	
1940	13.751	6.121	19.872	36,23	69,20
1950	*	25	25.237	26,99	- 5
1960	32.291	6.552	38.843	53,91	83,13
1970	52.711	5.803	58.514	50,64	90,08
1980	81.448	5.535	86.983	48,65	93,64
1996	117.094	4.737	121.831	40,06	96,11
2000	130.826	4.801	135.627	11,32	96,46
2010	148.722	3.713	152.435	12,39	97,56

Fonte: IBGE (2010). Dados organizados por Oliveira (2012).

Com 146 anos, o município apresenta atratividade desde a sua fundação, primeiramente pela presença das águas termais sulfurosas, um dos recursos naturais do local, que é explorado nos dias atuais pelas atividades turísticas. Megale (1990) descreve que, durante várias décadas, anteriores da fundação do município, a procura pelas fontes termais só aumentava, até que em 1865, o Governo de Minas Gerais designou um engenheiro para avaliar as possibilidades da instalação de um povoado. Nesse núcleo urbano, deveria ser criado: um balneário, casas de hospedagem, caixas d'água e uma ponte. Sete anos depois, foi assinado na sede da fazenda Barreiro, o documento de doação das terras para a criação do município (MEGALE, 1990).

Outro elemento importante para o turismo da cidade até meados do século XX foi os cassinos, porém esse tipo de estabelecimento foi banido pelo decreto-lei

em 1946 de Eurico Gaspar Dutra. Hoje, o Palace Cassino, uma das arquiteturas criadas da época dos cassinos de maior importância para o turismo da cidade, serve como um centro de eventos. O acesso a este patrimônio não é fácil, situação esta que segrega moradores poços-caldenses de seu uso.

De acordo com Andrade (2005), o arranjo espacial do inicio da povoação hoje é o centro da cidade, onde está localizada grande parte das áreas de visitação para turistas, desde as arquiteturas históricas, as praças arborizadas e os monumentos históricos.

O desenvolvimento do setor industrial de Poços de Caldas começa a se intensificar na década de 1960, e, consequentemente, a urbanização foi impulsionada (Figura 3), ocasionando um crescimento populacional expressivo nas décadas seguintes.

De acordo com Oliveira (2014, p. 103), "a cidade foi planejada e, até a década de 1950, teve seu desenvolvimento orientado principalmente para fornecer suporte urbano à atividade turística" E, de acordo com Oliveira (2014, p.104):

A partir da década de 1950, com a crise do turismo balneário, a industrialização passou a impulsionar o desenvolvimento urbano de Poços de Caldas, caracterizado pelo expressivo crescimento populacional e pelas altas taxas de urbanização.

Conforme Oliveira (2012), o crescimento populacional está principalmente relacionado à diversificação industrial, ocorrida na cidade entre os anos de 1965 e 1997. Houve, por consequência, o desenvolvimento das atividades comerciais e de prestação de serviços, que atendem moradores da cidade e da região.

Sobre o processo de expansão urbana no município, Oliveira (2014, p. 105) comenta:

Desta forma, como em qualquer cidade capitalista, o processo de expansão urbana ocorreu de forma segregada no espaço. A exclusão social e territorial se manifesta pela formação de bairros com infraestruturas e serviços urbanos deficitários, ocupados por famílias carentes, incapazes de competir no mercado imobiliário pelos melhores lotes. A dispersão ou concentração de certas atividades no espaço urbano, como a indústria, o comércio e os serviços, também refletem a lógica do mercado imobiliário. Deste modo, ao longo de sua evolução, a cidade diferenciou-se internamente pelas formas de apropriação do território.

A diversificação das atividades econômicas trouxe benefícios significativos para o desenvolvimento econômico da cidade, porém o expressivo crescimento populacional derivado dessas novas dinâmicas socioeconômicas afetou a qualidade de vida dos moradores (ANDRADE; OLIVEIRA, 2013).

Apesar das mudanças ocorridas a partir da década de 1950, o turismo continua sendo uma das atividades econômicas mais relevantes da cidade. A preocupação com esse setor na cidade por parte do poder público é notável, seja pela preservação dos monumentos tombados ou pelos investimentos governamentais.

Andrade (2005) indica que as regiões leste e sul foram as localizações que receberam grande parte desse expressivo acréscimo populacional após a década de 70. Segundo o autor, essas regiões foram ocupadas em áreas inadequadas:

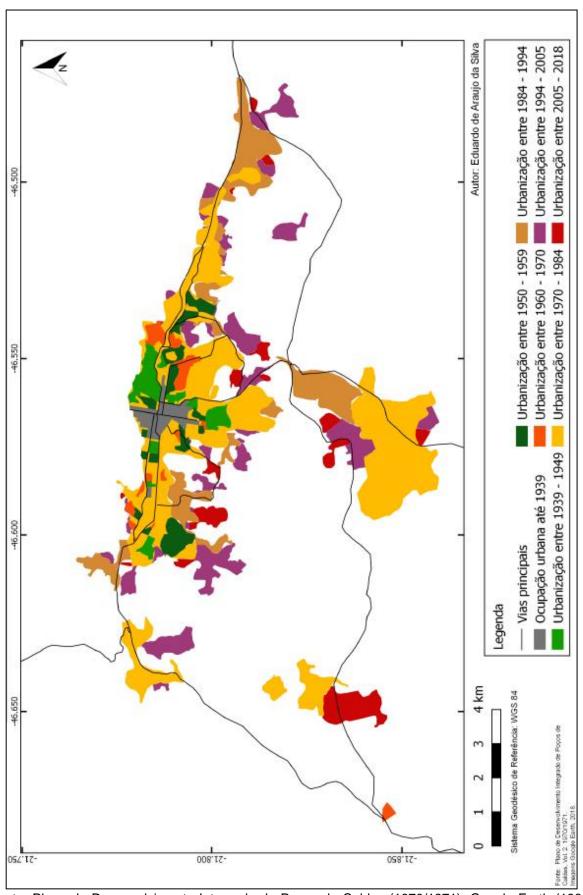
As áreas periféricas, de povoamento recente, são as que apresentam maior crescimento populacional. Em Poços de Caldas, a expansão da área urbana, especialmente a leste e no extremo sul, se dá de forma desordenada, em áreas inadequadas para o urbanismo devido à alta declividade de terreno (ANDRADE, 2005, p. 76).

Sobre as regiões leste e sul de Poços de Caldas, Oliveira (2014, p. 106) indica que:

Nas periferias formadas pelas zonas sul e leste, o valor venal do solo é inferior, e a ocupação vem sendo realizada por indivíduos de renda menor. Nestas áreas, a exclusão social e territorial é reforçada pelo "isolamento relativo" em relação ao núcleo urbano compacto (zona sul) e pelas restrições impostas à ocupação pela topografia mais acidentada (zona leste), consolidando a segregação espacial durante o processo de produção da cidade.

A expansão urbana de Poços de Caldas foi mais intensa após a década de 70 do século XX, conforme se pode verificar na figura 3. As zonas sul e leste foram basicamente ocupadas para moradia após este período.

Figura 3 - Mapa de ocupação urbana de Poços de Caldas, Minas Gerais (1939-2018).



Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas (1970/1971); Google Earth (1984-2018), organizados por Eduardo de Araujo da Silva.

Como indicado por Andrade (2005), e posteriormente por Oliveira (2014), as regiões mais pobres de Poços de Caldas são as zonas leste e Sul. Podemos observar na Figura 3 que ambas as regiões cresceram em maior proporção a partir da década de 1970.

Carvalho (2002) destaca três grandes fases do crescimento populacional urbano brasileiro: primeira fase é marcada fortemente pela concentração econômica na região Sudeste, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segunda fase, que começa durante a década de 1930, com grandes saltos nas décadas de 1950, 1960 e 1970; esta fase é marcada pelos avanços nos fluxos capitais e de mão-de-obra para a mesma região. E a terceira fase, que começa nos anos finais da década de 1970, onde a taxa de urbanização cresceu em um ritmo acelerado, junto da aglomeração de serviços urbanos na região Sudeste.

Como observado por Carvalho (2002), os níveis de urbanização nacional aumentaram expressivamente a partir da década de 1950. Entretanto, é de se ressaltar que, inicialmente, a urbanização fora mais intensiva nas metrópoles, por estas alocarem maiores ofertas de empregos e possibilidades de ascensão socioeconômica. Mas, a partir da década de 70, as cidades médias passam a receber significativos investimentos públicos e privados, que, atrelados às suas satisfatórias condições socioeconômicas, passaram a apresentar expressivo crescimento populacional (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Pode-se observar que a expansão da malha urbana ocorreu com maior intensidade a partir da década de 1970. No contexto brasileiro, a partir do último quarto do século XX, as cidades médias apresentaram um dinamismo diferenciado aos anos anteriores, tanto no que se refere às novas dinâmicas sociais e econômicas, quanto ao crescimento populacional e a expansão urbana. Esse fato padrões distribuição espacial gerou novos de dos diferentes grupos socioeconômicos, implicando em ações de investimento do poder público (CARVALHO, 2002).

A diversificação das atividades econômicas foi benéfica para o desenvolvimento econômico da cidade, porém o resultado dessas novas dinâmicas derivou num expressivo crescimento populacional, que afetou a qualidade de vida

dos moradores (ANDRADE; OLIVEIRA, 2013). As desigualdades socioeconômicas, apesar de haver uma melhoria de suas condições entre 1991 e 2010 (Tabela 2), persistem, e aliadas aos custos dos imóveis, se materializam no espaço urbano de Poços de Caldas.

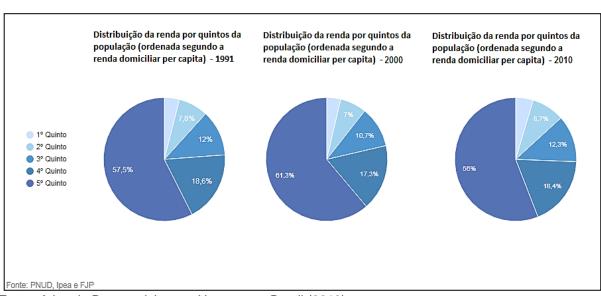
Tabela 2 - Relação de renda, pobreza e desigualdade de Poços de Caldas.

	1991	2000	2010
Renda per capita	580,65	867,68	953,96
% de extremamente pobres	2,63	1,10	0,32
% de pobres	12,67	6,42	2,93
ndice de Gini	0,52	0,56	0,50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Distribuída a renda por quintos da população, se constata que o quinto mais pobre apropria de 4,6% dos rendimentos municipais, e possui renda domiciliar média de R\$ 222,76. Os intermediários, respectivamente, 8,7% e renda domiciliar média de R\$ 413,33; 12,3% e renda média de R\$ 584,86; e 18,4% e renda média de R\$ 878,33. Os 20% mais ricos apropriam de 56% e têm renda domiciliar média de R\$ 2. 668,94 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

Gráfico 1 - Distribuição da renda em quintos da população dos anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Por meio do gráfico 1, se pode constatar que há desigualdades socioeconômicas em Poços de Caldas, pois enquanto a população do quinto com menor renda apropria de 4,6% do montante municipal, os 20% dos habitantes com maiores rendimentos se apropriam de 56%.

3.1. Histórico e diferenciação das regiões da cidade

De acordo com Andrade (2005), o arranjo espacial do início da povoação se deu onde atualmente é o centro da cidade, em que está localizada grande parte das áreas de visitação para turistas, tais como a arquitetura, as praças e parques, e os monumentos históricos. E refletindo a condição de "centro regional" de Poços de Caldas, a área central também abriga variadas atividades comerciais e de serviços especializados.

A zona central também tem a vantagem da mobilidade, pois nele se interligam, por meio de vias, os três eixos da cidade: a zona oeste, pelas Avenida Champagnat e Avenida João Pinheiro, a zona leste pelas Rua Marechal Deodoro, Avenida José Remígio Prezia, posteriormente Avenida Pres. Wenceslau Braz, e a zona sul pelas Avenidas Santo Antônio e Vereador Edmundo Cardillo. Desse modo, o centro trás variadas amenidades, como áreas arborizadas, mobilidade e infraestruturas de comércio, serviços e lazer.

Na zona oeste, de ocupação mais efetiva após 1970, encontram-se o shopping center (este podendo ser considerado um ponto atrativo para toda a cidade e região, ao ofertar diversos comércios e serviços), instituições de ensino superior privada e pública, o parque municipal Antônio Molinari, e pontos turísticos, tais como o Véu das Noivas, Represa Bortollan, e Zoo das Aves. Essa região se encontra entre o centro e a divisa interestadual de Minas Gerais e São Paulo, tendo importância na circulação intramunicipal, mas também interligam outros municípios.

A zona sul da cidade começa a se expandir de forma orgânica durante a década de 1960, onde houve a instalação de unidades industriais. Devido a demandas de habitação, o Conjunto Habitacional Eng. Pedro Afonso Junqueira foi construído nas décadas de 70 e 80, sendo entregue as casas em 1981 para a

população de menor renda. Estando os bairros um tanto distantes da área central de Poços de Caldas, denotam uma nítida segregação socioespacial. Desta forma, seja pela ação do poder público, ou dos investidores privados, a zona sul foi se consolidando por uma região periférica, por questões geográficas, socioeconômicas e de *status* social.

O bairro Jardim Kennedy (RUH XII), também localizado na zona sul, teve seu inicio nos últimos anos da década de 1960. O local apresentou problemas de abastecimento de água e falta de rede de esgoto até meados da década de 1980 (BERTOZZI, 1984). Na atualidade o bairro apresenta problemas de riscos ambientais, como a existência de áreas alagáveis, conforme exposto na figura 4. Decretos municipais foram criados, a partir de 2007, com a finalidade de desapropriar glebas do bairro localizadas nas áreas com grande risco de inundação, como os decretos nº 9.547, 9.604, 9.654, 9.708, 9.769, 9.832, 9.984, 10.095, 10.096 e 11.817.

Figura 4 - Bairro Jardim Kennedy (RUH XII), 2018.



Fonte: O próprio autor.

De acordo com Machado e Ferreira (2016), com o decorrer das décadas a zona sul criou certa "independência" da zona central, pois foram implantados na região: equipamentos públicos, escolas, centros de atendimento médico e quadras esportivas. Além disso, houve investimentos do setor privado, que gerou uma gama de comércios e serviços. Porém a centralidade da zona sul se restringe apenas para os seus moradores.

Por sua vez, a zona leste da cidade não possui infraestruturas comerciais e de serviços com maior atratividade para moradores de outras partes da cidade, e se trata de uma área em que predominam bairros com populações de baixos e médios rendimentos, que se expandiram, desde os anos 50, em locais com significativas declividades. A zona leste também apresenta mais áreas com alto risco de movimento de massas, especialmente em dias chuvosos (Figura 6).

Figura 5 - Condomínio fechado na zona leste, 2018.



Fonte: O próprio autor.

A figura 5 mostra um condomínio fechado no bairro Itamaraty II (RUH XXIV). Local onde há um público de menores rendimentos. Conforme Corrêa (2013), essa paisagem podem se enquadrar como área de segregação imposta ou induzida.

As zonas sul e leste não apresentam equipamentos funcionais com maiores atratividades e são as localizações que apresentam maiores riscos ambientais. Estas situações reforçam seus quadros de periferias, dentro da área urbana local.

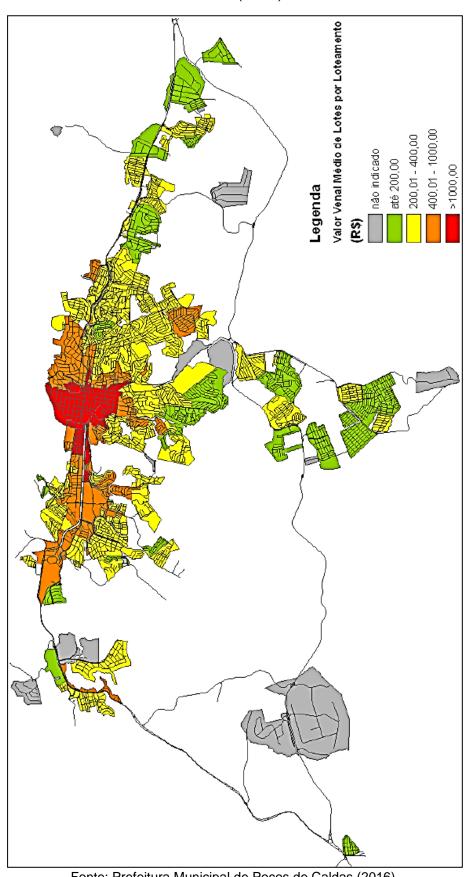
O valor venal do solo urbano varia entre as regiões da cidade (FIGURA 7). De acordo com Villaça (1998), não é apenas o valor do solo urbano que determina as divisões das classes sociais pela cidade, mas esse fator não deve ser desconsiderado. Corrêa (1989) entende que os preços do solo urbano são refletidos conforme as diferenças espaciais na localização das residências, tanto por causa da acessibilidade que traz conforto, quanto pelas amenidades que trazem qualidade de vida.

Jardim Kenned

Figura 6 - Mapa de Hidrografia e Áreas de Risco, no ano de 2006.

Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (2006).

Figura 7 - Mapa de Valor Médio de Lotes (Reais/Metro Quadrado), em Poços de Caldas (2016).



Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (2016).

No contexto de Poços de Caldas, o centro é o local mais valorizado da cidade (Valor médio venal > R\$1000,00 por metro quadrado). Atualmente, a função dessa região está voltada para atividades do setor terciário, que incluem o comércio, os serviços públicos e privados, e o turismo. Os bairros que circundam o centro e grande parte da zona oeste têm valores venais relativamente mais altos do que os bairros que se encontram nas regiões leste e sul (FIGURA 7).

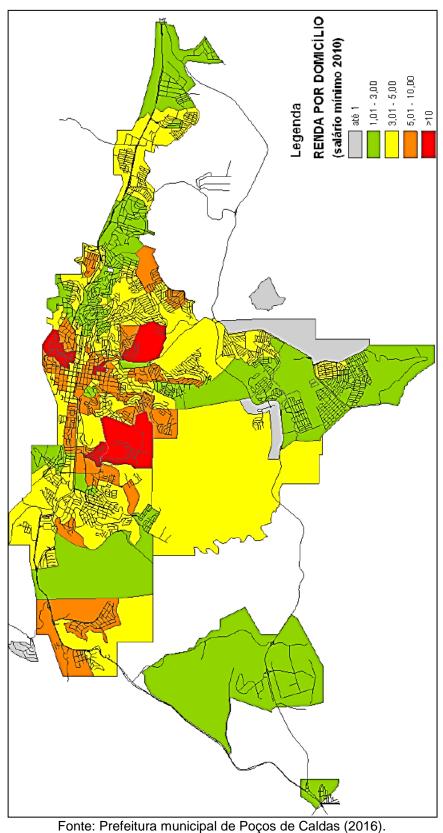
Sob a ordem do capital e a sua lógica da valorização, o solo urbano é incorporado pela economia capitalista como uma mercadoria, que o transforma em valor de troca, tornando-o produtivo, assim redefinindo a produção do espaço urbano (CARLOS, 2013). E esta condição também fica perceptível na cidade de Poços de Caldas. A existência da propriedade privada "despedaça" a cidade, limitando seu acesso, promovendo a separação dos usos e das funções do espaço urbano e restringindo as práticas socioespaciais. O que une e permite a articulação dos fragmentos da cidade é o Estado, que normatiza a vida cotidiana, legitimando a propriedade privada do solo como um direito; direciona o processo de valorização e desvalorização dos lugares por meio das políticas públicas; e cria discursos que fundam a lógica do crescimento, justificando a distribuição dos recursos aplicados nos espaços produtivos (CARLOS, 2013).

3.2. Desigualdade das rendas domiciliares e dos padrões de moradias

Em Poços de Caldas é adotado o conceito de Regiões Urbanas Homogêneas (RUH's) para as parcelas do espaço urbano do município. Este parcelamento propõe organizar as ações governamentais, no intuito de reduzir as desigualdades em termos de qualidades das habitações e serviços públicos; apropriar, recuperar e tratar áreas urbanizadas; promover articulações dos segmentos sociais; reforçar a estrutura interna das RUH's e; democratizar implantações de categorias de uso, dessa forma controlando atividades potencialmente nocivas aos moradores (POÇOS DE CALDAS, 2006).

Os aspectos históricos de ocupação espacial resultaram em áreas com maiores amenidades, valores diferenciados de solo urbano e os loteamentos criados para populações de menor renda. Atualmente, na cidade os padrões das moradias variam entre os bairros, e são resultados das diferenças de rendimentos entre seus moradores (FIGURA 8).

Figura 8 - Mapa de Renda por domicílio de Poços de Caldas, no ano de 2010.



Na figura 8, pode-se observar que os valores de renda por domicílio variam entre as diferentes regiões da cidade no ano de 2010. Os locais onde se encontram as maiores médias de renda por domicílio (renda acima de dez salários mínimos) são os bairros: Residencial Pitangueiras, Jardim Novo Mundo I, Jardim Novo Mundo II e Jardim Europa (Bairros localizados na RUH VI), parte do Jardim dos Estados (que está localizado na RUH XIV), bairro Jardim Del Rey (RUH XVI) e domicílios que se encontram no centro, especificamente nas quadras circundadas pelas vias: Rua Barros Cobra, Rua Corrêa Netto, Avenida Santo Antônio, Rua 15 de Novembro, Rua Rio Grande do Norte e Rua Santa Catarina (RUH IX).

A zona oeste apresenta rendas domiciliares altas nos bairros localizados na RUH VI, porém na mesma região se encontram bairros com rendas domiciliares inferiores, de 1 a 3 salários mínimos, tais como Vila Rica I, Vila Rica II, Jardim Gama Cruz e Chácara Santa Bárbara (bairros localizados na RUH IV). Na RUH III, os bairros Maria Imaculada e parte do bairro Jardim Country Club (especificamente as quadras circundadas pelas vias: Rua Augusto Zono, Rua Antônio Emídio de Resende, Rua Senador Salgado Filho, Rua São José, Avenida João Pinheiro, Rua Caetano Peterle e Rua Evangelina Mourão Vivas) também apresenta rendas médias domiciliares de 1 a 3 salários mínimos.

Na figura 9, há duas imagens que evidenciam os contrastes existentes na zona oeste. A primeira ilustra moradias localizadas no bairro Vila Rica II (RUH IV), com lotes menores e onde partes destas estão sem acabamento, que evidenciam a autoconstrução. A segunda imagem é de moradias localizadas no Jardim Novo Mundo (RUH VI), que ocupam terrenos mais amplos e são feitas com materiais de melhor qualidade.

Figura 9 - Diferenciação das moradias entre bairros da zona oeste de Poços de Caldas (2016).



Fonte: O próprio autor.

Figura 10 - Diferenciação socioespacial entre bairros da zona oeste de Poços de Caldas (2018).



Fonte: O próprio autor.

Na figura 10, há outro par de imagens que ilustram as diferenciações socioespaciais existentes na zona oeste. A primeira ilustra moradias localizadas no bairro Maria Imaculada (RUH III), casas irregulares com partes sem acabamento, que evidenciam a autoconstrução, além disso, presença de barracos improvisados. A segunda imagem é de moradias localizadas no Jardim Europa (RUH VI), que

ocupam terrenos maiores. É notável que estas moradias foram construídas com materiais de melhor qualidade, além disso, todas as moradias há grandes garagens.

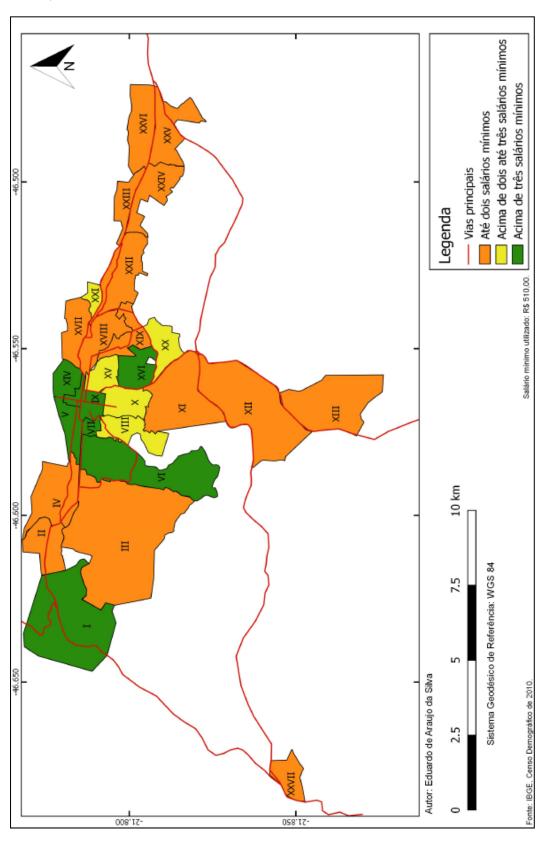
Os bairros da zona sul da cidade (RUH XII e RUH XIII), apresentam rendas domiciliares inferiores, sendo em grande maioria com rendimentos entre 1 a 3 salários mínimos, com exceção dos bairros Jardim Contorno, Jardim Esperança e Parque das Nações, que tem a renda média de 3 a 5 salários mínimos. Por sua vez, na zona leste as médias de renda domiciliar em maioria se enquadram de 1 a 3 salários mínimos e de 3 a 5 salários mínimos. São exceções os bairros: Residencial Colinas do Sul e Jardim das Hortências (RUH XX), Residencial Torre e Parque Primavera (RUH XXI), que apresentam rendas médias de 5 a 10 salários mínimos.

O valor nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade varia entre as Regiões Urbanas Homogêneas da cidade, conforme observado na figura 11.

As RUH's I e VI que estão na zona oeste, também apresentam o maior nível médio de rendimentos nominal. Na RUH I se encontra o Residencial Campo da Cachoeira, um espaço de autossegregação, constituindo um condomínio fechado, às margens da represa do Bortollan, destinado a um público de maior renda. A RUH VI, que igualmente abriga um condomínio fechado (Pitangueiras), também conta com amenidades socioambientais, tais como espaços públicos (Parque Municipal Antônio Molinari, o Country), e apresenta certa proximidade com instituições de ensino superior, centros de saúde, e o *shopping-center*, fatores que colaboram, juntamente com a existência de vias que a interligam rapidamente com a área central da cidade, para sua valorização mercantil e de *status* social.

Quase todas as RUH's que compõem a zona central, sendo exceção a RUH XI, apresentam índices acima de dois salários mínimos. Vale ressaltar que na RUH XI se encontra o bairro São José, mas este, apesar da localização próxima do centro, está assentado numa área de risco ambiental, possui baixos índices de valor venal dos lotes e renda por domicílio. Portanto, na zona também se observa diferenciação socioespacial (FIGURA 12).

Figura 11 - Mapa das Regiões Urbanas Homogêneas de Poços de Caldas: Variável - Valor do Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2010.



Fonte: O próprio autor.

Figura 12 - Produção do espaço entre o centro de Poços de Caldas e o bairro São José, em 2017.



Fonte: Arquivo pessoal de Alexandre Carvalho de Andrade (2017).

Na figura 12, a imagem 1 mostra o centro da cidade (RUH 9) e a imagem 2 mostra o bairro São José (RUH XI).

As zonas pelos eixos oeste, leste e sul receberam implantações de casas de habitação social. Na zona sul, foram implantados o Cohab Eng. Pedro Afonso Junqueira (sendo o primeiro investimento desse tipo, tendo como data de inauguração o ano de 1981), Parque São Sebastião I e II e Jardim Esperança I e II. Na zona leste foi implantado o bairro Parque Nova Aurora (RUH XIX). Na zona oeste, foram implantados o Conjunto União I e II e o bairro Maria Imaculada (FIGURA 13). Entre os anos de 1991 a 2006, os loteamentos populares implantados beneficiaram mais de três mil famílias (POÇOS DE CALDAS, 2006).

A zona oeste apesar de apresentar melhores infraestruturas, ela não tem conteúdo social homogêneo (FIGURA 9; FIGURA 10). Além disso, a RUH XXVII revelou baixos índices socioeconômicos. Essa RUH está totalmente segregada do tecido urbano do município conforme a figura 13.

Tabela 3 - Loteamentos de habitação popular - Poços de Caldas (MG)

Loteamento	Implantação	Número de lotes
Conj. Eng. Pedro Afonso Junqueira (RUH XIII)	Final da déc. 70	1553
Projeto União I e II (RUH III)	1986	60
Maria Imaculada (RUH III)	1991	330
Nova Aurora (RUH XIX)	1991	242
Jardim Esperança I e II (RUH XII)	1992	1455
Parque São Sebastião I e II (RUH XIII)	1990	890
Fonte: Pocos de Caldas (2006), Dados organizados p	pelo autor.	

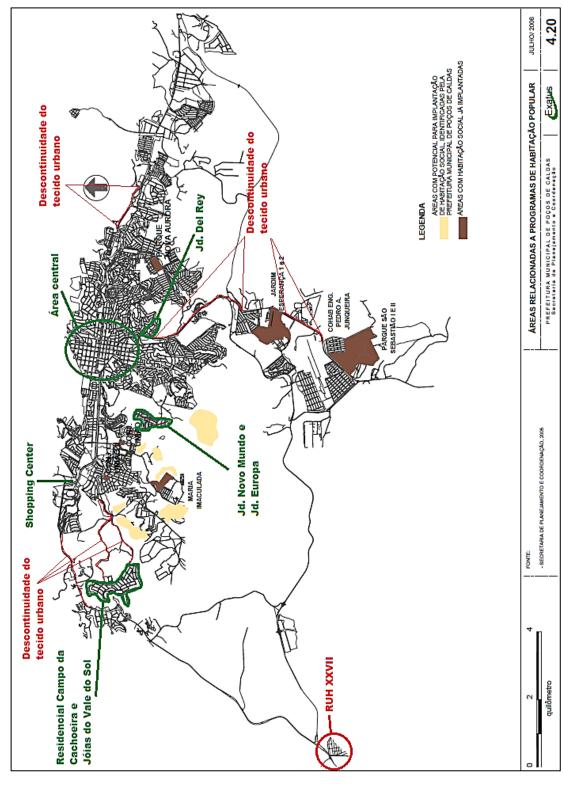


Figura 13 - Mapa de áreas relacionadas aos programas de habitação popular.

Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (2006).

Há descontinuidade do tecido urbano pelos eixos leste, oeste e sul, conforme apontado na figura 11. Na mesma, pode-se observar a separação radical entre a

RUH XXVII com o restante do tecido urbano, esta que se encontra próxima da divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo.

3.3. Percepção dos moradores sobre a cidade de Poços de Caldas

Andrade (2005) ao analisar diferentes autores das ciências humanas, argumenta que os dados qualitativos e quantitativos de um local devem ser considerados correlativamente para obtenção de resultados da qualidade de vida de um determinado local. Os quantitativos como os dados gerais objetivos de determinado território e, os qualitativos que trazem dados subjetivos. De acordo com o autor, é importante frisar o que para um grupo social é considerado boa qualidade de vida, para outro grupo pode não ser.

Andrade (2005) cita que pode haver a separação entre espaço turístico e cidade real. Nas localidades turísticas, há casos que o turista fica apartado da realidade cotidiana da cidade, pelo fato dessas localidades criarem um ambiente artificializado e segregado. Nesses casos, o turista desfruta daquele espaço turístico artificial, não conseguindo participar integralmente da realidade cotidiana dos moradores locais, podendo ter uma visão destorcida ou parcial da cidade.

De Acordo com o referido autor, o expressivo crescimento populacional urbano gera uma série de impactos negativos tanto para o espaço turístico quanto para as atividades:

Para a atividade turística, o crescimento populacional rápido e desordenado, como ocorre em alguns centros receptores de turistas, é bastante maléfico, pois resulta no aumento de problemas que afetam a qualidade de vida dos residentes, como a insegurança, a perda da tranqüilidade, o congestionamento de veículos, a poluição visual, a descaracterização da paisagem, entre outros. Estes fatores prejudicam a imagem do lugar perante os turistas, a mídia e a própria comunidade local (ANDRADE, 2005, p. 24)

Seguindo tais pensamentos, é importante fazer as seguintes perguntas: 1) se a pessoa mora ou não em Poços de Caldas, para que os resultados da pesquisa não tenham visões distorcidas ou parciais sobre a cidade. Visto também que os grupos sociais inseridos numa mesma cidade têm acessos a práticas sociais diferenciadas, é fundamental fazer outra pergunta : 2) se sim, qual a localização em que o indivíduo vive.

Outras perguntas foram formuladas, estas foram: 3) você considera o seu bairro precário?; 4) você se sente excluído de alguma atividade urbana na cidade?; 5) de acordo com a resposta acima, quais os motivos para você se sentir excluído?; 6) qual a nota que você da para as desigualdades sociais dentro da cidade?; 7) Sobre os salários oferecidos pelos mercados do município (setor industrial, setor de comércio e serviços), como você os qualifica e; 8) você considera Poços de Caldas (MG) uma cidade desigual, seja por algum motivo (rendas, infraestruturas, atividades sociais, status)? Se sim, gostaríamos de ver o seu ponto de vista.

As perguntas foram elaboradas pelo aplicativo virtual *Formulários Google*, onde o mesmo foi disponibilizado nas redes sociais. O número de entrevistados foi superior ao número pré-determinado da pesquisa que foi de 60 (sessenta) entrevistados. Consideramos as primeiras 60 respostas, sendo elas de moradores do município. As respostas que não foram de moradores de Poços de Caldas, junto das respostas que sobraram, foram arquivadas num arquivo formato *.xlsx*, podendo servir posteriormente como um banco de dados para outra pesquisa.

A primeira pergunta: "Você mora em Poços de Caldas (MG)?" teve como objetivo classificar as respostas. Como já comentado, a visão parcial dos não moradores poderia distorcer os resultados. A pergunta "Em qual bairro do município você mora?" teve como objetivo verificar a localização onde o entrevistado mora, pois a partir da resposta, poderíamos verificar a relação do morador com as atividades proporcionadas na cidade, por exemplo.

A pergunta "Você considera o seu bairro precário?" dava três opções: Sim. Existe certa falta de infraestruturas, moradias precárias e/ou falta de locais para lazer; talvez e; não. A pergunta "Você se sente excluído de alguma atividade urbana na cidade?" dava ao entrevistado opções para ele responder, podendo ser respondido mais de uma das opções, além das opções pré-estabelecidas, o entrevistado poderia indicar outras atividades. A pergunta "De acordo com a resposta acima, quais os motivos para você se sentir excluído?" tinha as opções que o entrevistado poderia responder, assim como a quarta pergunta, além disso tinha a opção outros. A pergunta "Qual a nota que você da para as desigualdades sociais dentro da cidade?" deveria ser respondida numa escala linear, onde 0 (nota mínima)

considerava que não há nenhuma desigualdade e 5 (nota máxima) o entrevistado considerava muito desigual.

A pergunta "Sobre os salários oferecidos pelos mercados do município (setor industrial, setor de comércio e serviços), como você os qualifica:" tinha como objetivo ver como que os moradores consideravam as remunerações da cidade nos diferentes setores. Por fim, a ultima pergunta intitulada "Você considera Poços de Caldas (MG) uma cidade desigual, seja por algum motivo (rendas, infraestruturas, atividades sociais, status)? Se sim, gostaríamos de ver o seu ponto de vista" era uma pergunta aberta e sendo a única questão opcional do questionário.

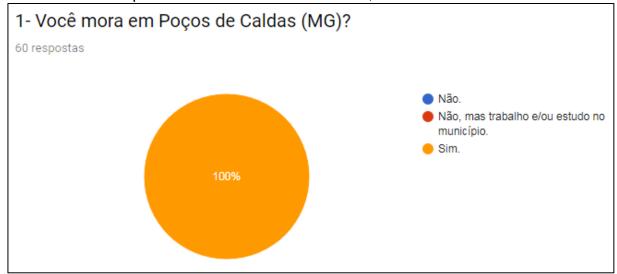


Gráfico 2 - Município de moradia dos entrevistados, n=60.

Fonte: O próprio autor.

Seguindo a lógica proposta, dentre as primeiras 60 respostas, foram excluídas cinco respostas de pessoas que não moravam em Poços de Caldas. Dessa forma, as cinco respostas seguintes de moradores foram consideradas para atingir a quantidade.

Tabela 4 - Bairros dos moradores entrevistados, n=60

Bairros	RUH pertencente	Quant. de moradores
Jardim Country Clube	III	6
Jardim dos Manacás	III	1
Jardim Gama Cruz	IV	2
Vila Rica	IV	1
Santa Ângela	VIII	2
Santa Maria	VIII	1
Centro	IX	10
Jardim Quisisana	X	3

Jardim Esperança	XII	3
Jardim Kennedy	XII	1
Jardim Kennedy II	XII	1
Jardim São Bento	XII	2
Santa Tereza	XII	1
Cohab Eng. Pedro Afonso Junqueira	XIII	4
Parque das Nações	XIII	2
São Sebastião I	XIII	1
Cascatinha	XV	1
Jardim São Paulo	XV	2
Caio Junqueira	XVI	2
Santa Rosália	XVII	1
Santana do Pedregal	XVII	1
Monte Almo	XVIII	1
Jardim Ipê	XIX	2
Dom Bosco	XXII	1
Estância São José	XXII	2
Jardim Formosa	XXII	1
Jardim Philadelphia	XXII	1
Jardim Philadelphia II	XXIII	1
Itamaraty 5	XXIV	1
Parque Pinheiros	XXIV	1
Nossa Senhora Aparecida	XXVII	1
Fonte: O próprio autor.		

Das pessoas que responderam o questionário: 21 pessoas moram na zona central (35%), 13 pessoas moram na zona leste (21,7%), 11 pessoas moram na zona oeste (18,3%) e 15 pessoas moram na zona sul (25%).

3- Você considera o seu bairro precário?

8- Não.
8- Talvez.
9- Sim. Existe certa falta de infraestruturas, moradias precárias e/ ou falta de locais para lazer.
9- Não sei responder esta pergunta.

Gráfico 3- Considerações dos moradores acerca de seus bairros, n=60.

Fonte: O próprio autor.

Das respostas da questão 2, 19 pessoas responderam que não consideravam seus bairros precários, 23 pessoas responderam "talvez", 11 responderam que sim,

existindo certa falta de infraestruturas, moradias precárias e/ou falta de locais para o lazer e três pessoas não souberam responder essa pergunta.

Das 19 pessoas que não consideravam seus bairros precários, 15 pessoas (78,94%) moram na zona Central. Três moradores da zona sul responderam que não consideravam e um morador da zona leste respondeu o mesmo.

Das 23 pessoas que responderam "talvez", oito moradores são da zona leste (34,7%), sete são moradores da zona oeste (30,4%), cinco são moradores da zona sul (21,7%) e três são moradores da zona central (13,4%).

Das 11 pessoas que responderam "sim", quatro são moradores da zona sul, três da zona leste, três são moradores da zona oeste e duas são moradores da zona central. Dos moradores da zona oeste que responderam que consideram seus bairros precários, um mora no bairro Jardim Gama Cruz (RUH IV), uma pessoa mora no bairro Jardim dos Manacás (RUH III) e o outro mora no bairro Nossa Senhora Aparecida (RUH XXVII), sendo esse bairro o mais distante da zona central de Poços de Caldas. Os três moradores que não souberam responder são um da zona sul, um da zona leste e um da zona central.

4- Você se sente excluído de alguma atividade urbana na cidade? (Marque todas sessões as que você considerar) 60 respostas -27 (45%) Não, nenhuma. Das atividades centrais -24 (40%) (festivais, peç.. Atividades turísticas (festas -18 (30%) turística. Uso dos parques municipais 8 (13,3%) (Parques da ... Uso das praças da cidade (praças centra... Não há atividades culturais de -1(1,7%)qualidad... 0 30

Gráfico 4 - Sentimento de exclusão dos moradores, n=60.

Fonte: O próprio autor.

Segundo Carlos (2013), a existência da propriedade privada despedaça a cidade, limitando seu acesso, promovendo a separação dos usos e das funções do espaço urbano e limitando a prática socioespacial.

Conforme observado no gráfico 4, houve 27 respostas de pessoas que não se sentem excluídas de nenhuma atividade urbana na cidade. Do total, 15 pessoas moram na zona central (55,5%), cinco pessoas moram na zona leste (18,5%), quatro pessoas moram na zona oeste (14,8%) e três pessoas na zona sul (11,11%).

Na quarta pergunta, tinha a opção de colocar outra resposta, no caso houve a seguinte resposta de um morador do bairro Santa Tereza (RUH XII, zona sul):

Não há atividades culturais de qualidade na zona sul. Á zona sul apenas shows caríssimos e de péssima qualidade.

Na pergunta seguinte, o mesmo morador respondeu que:

Não há descentralização das atividades culturais. O $Julho\ Fest^2$ não chega a nós como deveria. Não há espaços para teatro na zona sul. Não há espaços para aulas de teatro e dança na zona sul. Nem segurança para as atividades que existem.

Das respostas referentes ao não acesso das atividades urbanas, a que mais teve apontamentos foi: atividades centrais (festivais, peças teatrais, encontros, por exemplo), com 24 respostas (40% dos entrevistados). Do total, nove são moradores da zona sul, sete são moradores da zona oeste, cinco são moradores da zona leste e dois moradores da zona central. Observa-se que há mais moradores da zona sul se sentindo excluídos das atividades centrais. Em contrapartida, apenas dois moradores da zona central se sentiram excluídos das atividades centrais.

Dezoito pessoas responderam que se sentem excluídas das atividades turísticas. Das pessoas que responderam nessa opção, apenas uma mora no bairro Caio Junqueira (RUH XVI), zona central. O centro de Poços de Caldas contém a maior parte dos arranjos turísticos, sendo as arquiteturas tombadas e atividades relacionadas a estes locais.

53

² *Julho Fest* é o festival de inverno da cidade que ocorre no mês de julho. Durante os dias do evento há variadas atividades culturais, como teatros, shows, oficinas de arte e palestras. No ano de 2018, aconteceu a 24ª edição (DESCUBRA POÇOS DE CALDAS, 2018).

Oito pessoas responderam que se sentem excluídas das atividades que ocorrem nos parques municipais. Quatro pessoas que responderam essa sessão moram na zona leste, local onde não há um parque municipal. Três pessoas moram no centro e uma pessoa mora na zona sul.

Na zona oeste se encontra o parque municipal Antônio Molinari. Essa área verde atrai grande fluxo de visitantes para o uso recreativo durante todos os dias do ano. Durante o *Julho Fest*, o parque é utilizado para realização de shows e intervenções artísticas.

Na zona sul há o Parque Ecológico da Zona Sul, que foi inaugurado no ano de 2016. Desde sua inauguração, acontece um evento anual nomeado de *Reggae O Parque*, que acontece geralmente no segundo semestre do ano.

Cinco pessoas responderam que se sentem excluídas do uso das praças centrais. Uma pessoa mora na zona central, uma é da zona leste, uma é da zona sul e duas moram na zona oeste.



Gráfico 5 - Motivos para a exclusão das atividades urbanas, n=60.

Fonte: O próprio autor.

No gráfico 5, as opções eram respectivamente: Mobilidade prejudicada (falta de linhas de ônibus que atenda as demandas durante o dia e/ou a noite); Condições financeiras (seja por ingresso, consumo nas festas ou passagem para ida/volta);

Falta de meios de divulgação (Não fica sabendo das atividades); Não sinto que as atividades centrais seja destinada para o mim ou para o meu grupo e; Não tenho motivos para me sentir excluído. Como já citado, houve a resposta do morador do bairro Santa Tereza (RUH XII) em relação a não descentralização das atividades culturais.

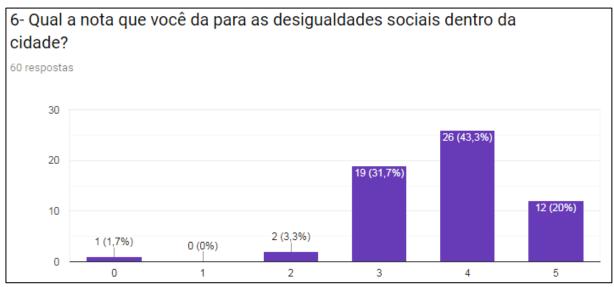
Dentre as 27 pessoas quem não se sentem excluídas (GRÁFICO 4), 26 responderam que não há motivos para se sentirem excluídas (GRÁFICO 5). Apenas uma pessoa que não se sente excluída respondeu a opção: "faltam meios de divulgação".

Das pessoas que relataram problema com condições financeiras, sete são moradores da zona sul (bairro Cohab, Jardim Kennedy I, Jardim Kennedy II, São Sebastião I e Parque das Nações), quatro são moradores da zona oeste (bairro Vila Rica, Jd. Country Clube, Jd. Gama Cruz e Nossa Senhora Aparecida), três são da zona leste (bairro Dom Bosco e Estância São José) e um da zona central (bairro Caio Junqueira).

Das 15 pessoas que alegaram mobilidade prejudicada, seis são moradores da zona oeste (bairro Jd. Gama Cruz, Vila Rica, Jd. dos Manacás e Nossa Senhora Aparecida), dois são da zona leste (bairro Jd. Phyladelphia e Parque Pinheiros), quatro são da zona sul (bairro São Bento, Cohab, Parque das Nações e Jd. Kennedy) e três são da zona central (Centro e bairro Caio Junqueira).

Além das respostas acima, teve 19 pessoas (31,7 %) que alegaram falta da divulgação dos eventos e 11 pessoas (18,3%) que não consideram que os eventos proporcionados na cidade sejam para seus grupos sociais.

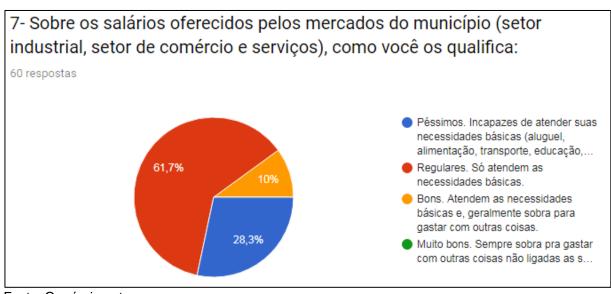
Gráfico 6 - Nota dos moradores em relação às desigualdades sociais da cidade, n=60.



Fonte: O próprio autor.

Essa pergunta deveria ser respondida numa escala linear com pontuação de 0 a 5, onde zero significa que não há desigualdade social na cidade e a pontuação máxima significava que a cidade é muito desigual. Nessa questão, apenas um morador respondeu que na cidade não há desigualdade social.

Gráfico 7 - Opinião dos moradores de Poços de Caldas em relação aos salários oferecidos dentro município, n=60.



Fonte: O próprio autor.

Em relação aos salários ofertados, 17 pessoas consideram péssimos, 37 consideram regulares e seis pessoas consideram bons salários. Dos seis moradores

que consideram bons salários, quatro moram na zona central, um mora na zona oeste e um mora na zona leste.

3.3.1. Relatos dos moradores em relação à cidade

A última pergunta do questionário tinha como título "Você considera Poços de Caldas (MG) uma cidade desigual, seja por algum motivo (rendas, infraestruturas, atividades sociais, status)? Se sim, gostaríamos de ver o seu ponto de vista". Das primeiras sessenta respostas dos moradores da cidade, quarenta optaram por responder essa pergunta, pois ela não era obrigatória como as demais.

Das quarenta respostas, duas respostas foram "não", ambos moradores da zona central e não se sentem excluídos de nenhuma atividade urbana. Houve mais uma resposta que não considera a cidade desigual, de um morador do Jardim Ipê (RUH XIX). A pessoa respondeu:

Acredito que o poder aquisitivo de uma boa parte da população é bastante alto, isso faz com que o comércio local seja voltado para a realidade deste público. Isso não é de fato um problema, mas para a maioria dos assalariados, um passeio no centro pode sair mais caro do que o esperado.

As demais respostas apontam problemas como: baixa remuneração, desemprego, alto custo de vida, infraestrutura urbana precária, desigualdade dos investimentos públicos, preocupação com o turismo em detrimento aos moradores, desigualdade entre os bairros residenciais, problemas na mobilidade urbana e segurança pública.

Tabela 5 - Problemas da cidade de Poços de Caldas indicados pelos moradores, n=60.

Problemas apontados	Quant. de relatos
Baixa remuneração (salários baixos)	9
Desemprego	3
Alto custo de vida	7
Infraestruturas urbanas precárias	8
Desigualdade de investimentos públicos	2
Importância excessiva para o turismo	5
Desigualdade entre os bairros ricos e pobres	12
Mobilidade urbana ruim	3
Segurança pública ruim	2
Total	51
Fonte: O próprio autor.	

A maior quantidade de relatos foi em relação à desigualdade entre os bairros residenciais da cidade. Um morador da zona sul relatou:

Sim, devido à existência de bairros extremamente ricos, enquanto outros beiram a extrema pobreza. Por exemplo, a discrepância entre o Jardim Europa e o bairro São José. Ou o condomínio de luxo atrás do Bortolan e o Jardim Kennedy.

Um morador da zona oeste respondeu:

Vejo desigualdade com alguns com muito dinheiro, casas ótimas, carros do ano e outros sem ao menos ter o que comer na rua. Enquanto tem bairros com mansões ou casas grandes, há outros com: casas precárias, ruas precárias, vigilância precária.

Um morador da zona leste mencionou que:

Sim. Algumas regiões da cidade têm maior concentração de moradores de baixa renda e esses bairros, tanto quanto os moradores, não recebem a atenção e suporte necessários.

Em relação ao baixo salário e ao alto custo de vida, um morador da zona leste descreveu que:

Bom, primeiramente há má distribuição de renda, que é péssima, custo muito alto de vida e salário muito baixo, segundo, a infraestrutura, que podemos ver que é péssima, só por ter buracos enormes nas ruas da cidade, buracos que engoliram um carro por exemplo.

Um morador da zona sul que se sente excluído das atividades centrais, devido à mobilidade prejudicada, elucidou que:

Acredito que os salários estão precários, pois a grande maioria não passa de R\$ 1000 e isso prejudica o lazer o que é de extrema importância para uma pessoa. Muitas vezes as pessoas se sentem culpadas ou privilegiadas ao realizarem atividades de lazer, mesmo ele sendo um direito! Na maioria dos casos precisamos deixar de fazer algo importante para poder destinar ao lazer, porque o dinheiro não sobra. Preços altíssimos nos supermercados e lazer maiores ainda. Prejudica a população que ganha abaixo de dois salários mínimos.

Em relação à desigualdade de investimentos e uma valorização excessiva do turismo, um morador da zona central respondeu:

A cidade se torna desigual a partir do ponto em que o centro recebe a todo momento cuidados da prefeitura por conta de uma atividade turística que nem é mais tão forte assim. Em detrimento ficam as zonas leste e sul da cidade que enfrentam graves problemas de falta de infraestrutura acessível, inclusive falta de faixas elevadas em frente às escolas públicas.

Outro morador da zona central comentou:

Sim. Infelizmente, a cidade se importa somente com as áreas urbanas e que são de interesse para os turistas e se esquecem das áreas mais remotas e de população pobre.

Um morador da zona leste que se sente excluído das atividades centrais e turísticas respondeu:

Sim... A cidade só é voltada para o turismo!

Em relação aos problemas de mobilidade, um morador da zona leste declarou que:

É uma cidade cara. Para quem mora em um determinado raio na cidade, contempla-se bem. Entretanto, para quem mora no extremo leste, extremo noroeste e sul da cidade é tudo muito caro. Os ônibus não contemplam as necessidades tanto pelos horários, quanto pelos valores. Por exemplo, para uma família de quatro pessoas vir ao centro da cidade são quase 20 reais só pra vir de ônibus.

Pode-se observar que do total de pessoas que responderam a oitava pergunta, 5% não consideram Poços de Caldas uma cidade desigual. 2,5% não apontou nenhum problema e 92,5% das pessoas consideram a desigual, apontando um ou mais problemas na cidade em seus entendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo evidenciar as diferentes realidades no que se refere à ocupação das classes sociais pelo espaço urbano de Poços de Caldas, conforme suas condições socioeconômicas.

O conceito "segregação" é adjetivado de diferentes formas, e estudado por variadas ciências humanas. A palavra segregação nos estudos geográficos geralmente é acompanhada da palavra socioespacial, pois se trata de duas dimensões: a social e a espacial, uma relacionada com a outra. Porém há autores que adotaram apenas a palavra segregação, assim como outros que utilizam as palavras: segregação espacial, segregação urbana e segregação residencial para tratar do processo urbano.

Conforme Corrêa (1989) e Sposito (2013), o termo "segregação residencial" foi a primeira forma de tratar desse processo, onde estudiosos da Escola de Chicago estariam estudando as diferentes concentrações populacionais em um dado território. Atualmente, há vários pesquisadores urbanos que estudam a segregação socioespacial, utilizando metodologias e escalas diferenciadas. Pode-se perceber que em sua grande maioria, há a importância em expor as realidades de ocupação dos diferentes grupos sociais sobre um território.

Ao estudar a segregação socioespacial, o pesquisador poderá se esbarrar em outros conceitos importantes que abordam a relação sociedade-espaço, como por exemplo, os conceitos: diferenciação socioespacial, direito à cidade, justiça espacial, periferização, marginalização, desigualdade social, desigualdade socioespacial, *Apartheid*, dentre outros. Esses conceitos podem ser confundidos, sendo utilizado de forma equivocada.

Poços de Caldas como as demais cidades capitalistas, enfrenta problemas urbanos, como a segregação das classes sociais de menores rendimentos. A industrialização ocorrida no município gerou fluxos migratórios expressivos, que aumentaram expressivamente a população, fato este que ocorreu com maiores intensidades a partir da década de 1960. Essa nova população veio a ocupar as regiões a extremo leste e extremo sul do município.

As políticas de moradia popular e a implantação de novos loteamentos deram possibilidades para a ocupação urbana das zonas leste e sul. As duas zonas revelam os índices de renda domiciliar inferiores quando comparadas as rendas domiciliares da zona central e de algumas localizações da zona oeste.

De acordo com as classificações de segregação propostas por Corrêa (2013), as zonas leste e sul podem ser consideradas áreas de segregação imposta (para os casos mais extremos de pobreza) ou induzida, por serem ocupadas por moradores que possuem condições mínimas de escolhas, ou seja, as populações que vivem nessas regiões tem rendimentos relativamente baixos que, de certa forma, induz a localização das residências, assim como o padrão.

A zona central (RUH V, XI, XIV e XVI) possui um público com rendimentos maiores, além de variados aspectos positivos como: melhor qualidade das moradias, acesso ao comércio e serviços, mobilidade e amenidades naturais.

A zona oeste não apresenta uma homogeneidade social em seu todo. As RUH I e RUH VI apresentaram elevados índices socioeconômicos e aspectos positivos assim como a zona central. Essas duas regiões podem ser consideradas áreas de autosegregação por algumas características: 1) alta qualidade das habitações e do ambiente; 2) o valor venal não é acessível a todas as classes sociais; 3) renda por domicílio de 5 a 10 salários mínimos da RUH I e acima de 10 salários mínimos na RUH VI e; 4) são áreas compostas de condomínios fechados destinados a classes sociais de altos rendimentos. As demais RUH's da zona oeste não apresentaram essas características.

Conforme os modelos de espacialidade da segregação apresentados por Corrêa (1989), Poços de Caldas traz elementos de todos, porém o modelo Kohl-Sjoberg seja o mais aplicável, onde o centro da cidade é o local de maiores vantagens e infraestruturas, abrigando um público com maiores rendimentos e sendo o local onde o preço do solo urbano é mais caro. Em direção às periferias, as vantagens locacionais e *status* social vão decaindo, assim como os preços do solo urbano.

Diferentemente de Corrêa (2013), Sposito (2013) só considera aplicável o conceito segregação quando há a separação radical do espaço segregado com o restante do tecido urbano. Sendo assim, as zonas leste e sul continuam segregadas espacialmente. A distância é um fator notável, além de descontinuidade do tecido urbano entre as zonas e a zona central (FIGURA 13).

Nessa perspectiva, que considera a separação do espaço segregado uma dimensão fundamental da segregação socioespacial, algumas localizações da zona oeste podem ser consideradas áreas segregadas, como a RUH XXVII e a RUH I, podendo ser conferida as descontinuidades do tecido urbano na Figura 13. A primeira pode se enquadrar na segregação socioespacial de pessoas com rendimentos inferiores, pois não apresentaram nenhum aspecto positivo dos analisados, a segunda é a segregação socioespacial das classes sociais mais abastadas.

Conforme Vasconcelos (2013), a noção segregação não é adequada aos casos brasileiros, pois mesmo que as pessoas estejam confinadas em áreas por condições socioeconômicas, elas podem sair dessa condição quando há ascensões econômicas do indivíduo/grupo. Portanto, se considerar essa perspectiva, em Poços de Caldas não há segregação.

Rodrigues (2013) considera que a segregação socioespacial acontece quando os agentes produtores do espaço se apropriam dos solos urbanos de forma privada, cercando as áreas. Na análise usada pela autora, os condomínios fechados e loteamentos murados são expressões espaciais da segregação socioespacial. Em Poços de Caldas é possível visualizar as áreas segregadas dos condomínios fechados pela cidade, espalhados em todas as regiões. Porém não há condomínios fechados de luxo na zona sul, apenas condomínios destinados há um público de menores rendimentos.

Ao analisar a opinião dos moradores de Poços de Caldas, há relatos negativos no que se trata das desigualdades entre os bairros do município, assim como relatos de baixa remuneração relacionados a um alto custo de vida.

Na pergunta intitulada "Você considera o seu bairro precário?" 11 pessoas que responderam "sim", sendo quatro são moradores da zona sul, três da zona leste

e três são moradores da zona oeste. Dos moradores da zona oeste que responderam que consideram seus bairros precários, um mora no bairro Jardim Gama Cruz (RUH IV), uma pessoa mora no bairro Jardim dos Manacás (RUH III) e o outro mora no bairro Nossa Senhora Aparecida (RUH XXVII) que são localizações da zona oeste que não apresentaram melhores índices socioeconômicos. Em contrapartida, das 19 respostas de pessoas que não consideravam, 15 moram na zona central, lugar que de fato não é precário.

Na pergunta intitulada "Você se sente excluído de alguma atividade urbana na cidade?" 55% das pessoas responderam uma das opções de exclusão. Dos 100% das pessoas que não se sentem excluídas de atividades urbanas, 55% são moradores da zona central, local onde ocorre a maioria dos eventos culturais.

O alto custo de vida foi atrelado ao turismo por alguns moradores. Outros relataram que os salários oferecidos na cidade são baixos, prejudicando a participação em atividades de lazer.

Muito ainda se pode discutir acerca das temáticas: segregação socioespacial, diferenciação socioespacial e periferização na realidade urbana brasileira. Esses processos acontecem em menores escalas nas cidades pequenas e médias, podendo dificultar a visualização de sua expressão espacial. Apesar da dificuldade, elas podem ser evidenciadas, tanto pelo levantamento quantitativo obtido por dados oficiais, quanto pelo qualitativo levantado pela resposta dos moradores.

A realidade socioeconômica brasileira é fortemente desigual, fazendo que as classes sociais de menor renda estejam de alguma forma excluída, seja das praticas sociais, dos serviços públicos, das infraestruturas urbanas, de moradias e do acesso ao solo urbano.

A localização fortemente induzida (em alguns casos, imposta) dessas classes sociais dentro da cidade também deve ser uma questão considerada: áreas de risco ambiental e áreas distantes dos centros. Localizações estas que são expressões espaciais do processo de segregação socioespacial, que geralmente ficam em segundo plano, em detrimento das áreas de prestígio da cidade.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano.In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. P. 111-126

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p 1-34.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 13, 2007.

ANDRADE, A. C. Paisagem e Qualidade de Vida em Localidades Turísticas: O Caso de Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro: 2005.

ANDRADE, A. C.; OLIVEIRA, T. A. O crescimento populacional em um centro receptor de turistas e a percepção de seus moradores: a situação de Poços de Caldas (MG). **Caderno de Geografia**, v. 23, n. 40, p. 48-66, 2013.

ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013**. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 1 de jul. 2018.

BERNACH, N. Da desigualdade social à justiça espacial. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (Org.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade.** São Paulo: Contexto, 2017. p. 15-32.

BERTOZZI, I. R. S. Jardim Kennedy ou Purgatório?. **Jornal da Mantiqueira**. Poços de Caldas, 11 ago. 1984. Cartas a redação, p. 5.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. Cidades, v. 4, n. 6, 2011.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: _____. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. Introdução. In: _____. (Org.). Justiça Espacial e o Direito à Cidade. São Paulo: Contexto, 2017. p. 9-11.

_____. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. In: _____. (Org.). Justiça Espacial e o Direito à Cidade. São Paulo: Contexto, 2017. p. 33-62.

CARVALHO, E. Cidades brasileiras, crescimento e desigualdade social. **Revista ORG & DEMO**, v. 3, n. 1, p. 45-54, 2002.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano . São Paulo: Ática, 1989.
Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). A cidade contemporânea: segregação espacial . São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.
DESCUBRA POÇOS DE CALDAS. Julho Fest 2018 . Disponível em: https://paravoce.descubrapocos.com.br/slide-view/julho-fest-2018/ . Acesso em: 1 Out. 2018.
GOOGLE, Google Earth. Version 7.3. 2018. Disponível em: < https://www.google.com/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.
HARVEY, D. A Produção Capitalista Do Espaço. Annablume, 2005.
IBGE. Censo Demográfico 2010 . Disponível em: http://www.ibge.gov.br . Acesso em: 1 de ago. 2018.
LEFEBVRE, H. O direito à cidade .[1968]. Trad. FRIAS, R. E. São Paulo: Centauro, 2001.
MACHADO, G. R.; FERREIRA, A. E. M. Zona sul de Poços de Caldas/MG: Crescimento Populacional, Expansão Urbana e Adensamento de Construções. 2016. In: 9° Jornada científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS e 6° Simpósio de Pós-graduação. Anais Machado: 2016.
OLIVEIRA, E. M. Dinâmica locacional das indústrias e a produção do espaço urbano em Poços de Caldas (MG). 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro: 2012.
Produção do espaço urbano em Poços de Caldas (MG). Caminhos de Geografia , v. 15, n. 50, 2014.
POÇOS DE CALDAS, Prefeitura Municipal de. Plano de desenvolvimento integrado . Poços de Caldas, Vol. 2. 1971.
Áreas relacionadas aos programas de habitação popular. Poços de Caldas, Exatus, 2006. 1 mapa. Escala 1:100.000.
Hidrografia e Áreas de Risco . Poços de Caldas, Exatus, 2006. 1 mapa. Escala 1:100.000.
Revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas-diagnóstico. Poços de Caldas: Exatus, 2006.
Revisão Do Plano Diretor: "Uma visão do futuro". 3 mai. 2016. 37 slides.
Legislação municipal . Disponível em: http://pocosdecaldas.mg.gov.br/ >. Acesso em: 10 mar. 2018.

POÇOS DE CALDAS, Prefeitura Municipal de. **Atrativos culturais**. Disponível em: < http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?cat=223> Acesso em: 1 jun. 2018.

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 11, p. 31, 2007.

Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p.147-168.

SOUZA, M. L. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: _____. (Org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: _____. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. Introdução. In: _____. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 07-15.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: _____. (Org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ANEXO A

Questionário: Perguntas sobre Poços de Caldas (MG)

1.	Você mora em Poços de Caldas (MG)?
	() Não.
	() Não, mas trabalho e/ou estudo no município.
	() Sim.
2.	Em qual bairro do município você mora? (Se não mora, responda: nenhum/não moro)
3.	Você considera o seu bairro precário?
	() Não.
	() Talvez.
	() Sim. Existe certa falta de infraestruturas, moradias precárias e/ou falta de locais para lazer.
	() Não sei responder essa pergunta.
4.	Você se sente excluído de alguma atividade urbana na cidade? (Marque todas sessões as que você considerar)
	() Não, nenhuma.
	() Das atividades centrais (festivais, peças teatrais, encontros).
	() Atividades turísticas (festas turísticas, festas que ocorrem dentro dos pontos turísticos).
	() Uso dos parques municipais (Parques da zona oeste e/ou parque da zona sul).
	() Uso das praças da cidade (praças centrais).
	Outros:
5.	De acordo com a resposta acima, quais os motivos para você se sentir

excluído? (Marque todas sessões as que você considerar)

	() Mobilidade prejudicada (falta de linhas de ônibus que atenda as demandas durante o dia e/ou a noite).
	() Condições financeiras (seja por ingresso, consumo nas festas ou passagem para ida/volta).
	() Falta de meios de divulgação (Não fica sabendo das atividades).
	() Não sinto que as atividades centrais seja destinada para o mim ou para o meu grupo.
	() Não tenho motivos para me sentir excluído.
	Outros:
6.	Qual a nota que você da para as desigualdades sociais dentro da cidade? Nota de 0 a 5: Nota: 0 significa Não exista nenhuma desigualdade. 5 Considera muito desigual.
7.	Sobre os salários oferecidos pelos mercados do município (setor industrial, setor de comércio e serviços), como você os qualifica:
	() Péssimos. Incapazes de atender suas necessidades básicas (aluguel, alimentação, transporte, educação, abastecimento de água e energia elétrica)
	() Regulares. Só atendem as necessidades básicas.
	() Bons. Atendem as necessidades básicas e, geralmente sobra para gastar com outras coisas.
	() Muito bons. Sempre sobra pra gastar com outras coisas não ligadas as suas necessidades básicas.
8.	Você considera Poços de Caldas (MG) uma cidade desigual, seja por algum motivo (rendas, infraestruturas, atividades sociais, status)? Se SIM, gostaríamos de ver o seu ponto de vista. Sua resposta é muito importante

para a gente.

APÊNDICE A - Imagens de bairros por satélite



Fonte: Google Earth (2018).

As quatro fotos foram tiradas na mesma altura (aproximadamente 900m) utilizando o programa *Google Earth Pro.* As moradias da RUH XXIV (Bairro Itamatary II, zona leste) e RUH XIII (Cohab, zona sul) ocupam terrenos menores, comparados as RUH I (Residencial Campo da Cachoeira, zona oeste) e RUH VI (Bairro Jd. Europa, Zona oeste).